Esquerda Socialista

Director: Augusto Mateus

Orgão do Movimento de Esquerda Socialista

Ano I N.º 18/12 de Março de 1975 Preço 3$00

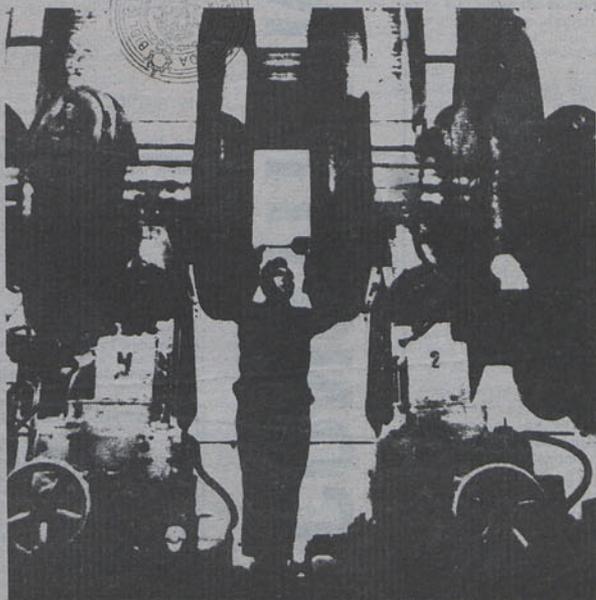
TAP 5º ANO DE LUTA

Os trabalhadores oficinais da companhia de Transportes Aéreos Portugueses têm sido os principais actores de uma das lutas mais avançadas da movimentação operária portuguesa, que se arrasta desde o início da década.

Com efeito 1970 é um marco importante no longo processo TAP: Contra a resistência trabalhadora foi negociado nas suas costas o Acordo Colectivo de Trabalho que só veio a previligiar mais ainda os já previligiados.

Com esforços e lutas nas mais difíceis condições, com crescente consciência da necessidade de organização face à exploração capitalista e à repressão fascistas, estes trabalhadores vêm de há longa data aprendendo à sua custa.

Em 1973 sofrem uma das mais duras repressões policiais donde saem gravemente feridos a tiro alguns camaradas.

EM Maio/Setembro de 1974, os mesmos homens,

Continua na pág. 4

METALÚRGICOS CONTRA DIRECÇÃO

Um sindicato para ser efectivamente representativo dos trabalhadores tem de definir como objectivos da sua acção os que melhor se adequem à situação destes trabalhadores isto é, os que melhor respondam aos seus problemas.

Assim, pôr a acção sindical ao serviço da estratégia política de qualquer partido, subordiná-la a conveniências e compromissos partidários, significa abrir caminho a manipulações estranhas aos reais interesses dos trabalhadores, provocando a sua divisão e confusão.

Isto mostra que a introdução de princípios burgueses na luta sindical, como seja o pluralismo, não é a única forma de impedir a formação de um verdadeiro sindicalismo de classe. A iguais divisões e derrotas levam a estratégia reformista e os métodos de dirigismo e cupulismo que a acompanham.

Uma necessidade permente para os manipuladores reformistas é a montagem, nos sindicatos, de uma máquina burocrática eficaz que marginalize a iniciativa das bases e as faça, se conveniente e possível, aceitar medidas contra elas próprias (horário nacional de trabalho, lei da greve e lock-out, etc.).

Para tanto à que «sanear» à esquerda.

À que difamar e despedir para preencher os quadros e serviços com gente segura e mandatada.

Exemplo vivo e recente é o caso do sindicato dos Metalúrgicos.

A este propósito a Comissão Política Nacional do MES emitiu o seguinte comunicado:

«O Movimento de Esquerda Socialista bateu-se com clareza pela unicidade sindical contra as tentativas recentes de dividir os trabalhadores por parte de várias forças políticas que, invocando um falso conceito de liberdade sindical, se opunham assim à criação de condições que favorecessem a unidade firme dos trabalhadores contra as manobras e o poder do capitalismo.

«Mas por saber que essa mesma unidade só os próprios trabalhadores a podem construir, pois de outro modo não poderá sequer existir, **o MES defendeu com igual clareza a plena democracia interna dos sindicatos, o funcionamento das direcções sindicais em moldes colegiais e abertos, mas em estreita colaboração com os delegados sindicais eleitos e com as Assembleias Gerais respectivas.**

«Por isso não pode o MES deixar de denunciar as condutas dirigistas cupulistas, ou de correia de transmissão partidária que sejam assumidas por qualquer direcção sindical ou intersindical, ciente de que o interesse dos trabalhadores e da sua afirmação de classe exige essa denúncia.

No sindicato dos metalúrgicos de Lisboa estavam a verificar-se desde algum tempo acontecimentos que revelaram a actuação cupulista de alguns dos seus dirigentes e puseram obstáculo ao desenvolvimento de lutas de trabalhadores designadamente metalúrgicos, contra diversas formas de repressão e exploração.

«Assim, por exemplo, **eram tomadas decisões sem que outros membros da direcção pudessem ter nelas qualquer interferência, ou até simples conhecimento, não eram aceites delegados sindicais livremente eleitos, nem afastados outros que deixavam de merecer o apoio dos trabalhadores das respectivas empresas, e eram publicados comunicados em que se combatiam, sem prévio debate nos órgãos sindicais, trabalhadores que levavam a cabo lutas em defesa dos seus legítimos interesses.**

«Nos últimos dias co-

Continua na pág. 4

A MULHER NA REVOLUÇÃO

Celebrou-se no passado dia 8 de Março O DIA INTERNACIONAL DA MULHER

O significado desta data foi claramente apontado por Clara Zetkin durante a conferência Internacional da Mulher, preparatória da Reunião da Internacional Socialista, realizada em Copenhaga em 1910, que segundo uma proposta da sua presidente Rosa Luxemburgo, é aprovado e decidido por unanimidade fazer do 8 de Março de cada ano, em todo o Mundo, o **DIA INTERNACIONAL DA MULHER TRABALHADORA.**

Esta decisão significou o resultado da tomada de consciência de todo o movimento operário do problema específico do proletariado feminino e também um empenho enquanto movimento de massas em enfrentá-lo consequentemente, perspectivando-o no contexto global da luta pelo socialismo.

Os acontecimentos que eytão na origem desta tomada de posição decorreram dois anos antes em Nova Iorque quando um grupo de operárias da fábrica têxtil Cotton entraram em greve para conseguirem melhores condições de vida e de trabalho. Encerradas pelos patrões dentro da fábrica, para que não contactassem as actividades sindicais e impedir da parte destes o apoio à sua luta e o alastramento da greve a outras fábricas. Queimadas pelo violento incêndio que subitamente se propagou poucas foram as que conseguiram romper as barricadas que as mantinham presas e escapar com vida.

Combatiam por um horário justo, pela paridade de salários, contra as condições desumanas em que eram forçadas a trabalhar.

Combateram, lutaram e

Continua na pág. 11

AS ELEIÇÕES

A posição política do Movimento de Esquerda Socialista em relação às eleições para a Assembleia Constituinte é já conhecida pelos trabalhadores desde a realização do Congresso Nacional. Efectivamente considerou-se e continua a considerar-se que estas eleições não contribuirão, em termos dos seus resultados expressos em votos, para o avanço das posições das classes exploradas e oprimidas no seu caminho até à libertação total.

As eleições burguesas para a Constituinte são uma farsa da democracia e um momento em que se assistirá a tentativas por parte do capital e do imperialismo para recuperar o processo revolucionário e as conquistas políticas que os trabalhadores conseguiram, fundamentalmente depois do 28 de Setembro.

O voto secreto sem discussão política ao nível das massas, o caciquismo anticomunista que continua a ser uma fortaleza na maior parte das regiões do País, a acção do clero ultra-reaccionário, os largos recursos financeiros dos partidos da burguesia, são características que, mostrando claramente que as eleições burguesas nunca são democráticas, elas revestem no nosso país e neste momento particular gravidade.

Um dos objectivos fundamentais do Capital, a retirar das eleições para a Constituinte será a **tentativa de isolamento e aniquilamento político da facção progressista do M.F.A.**, não sendo de estranhar que os partidos burgueses aceitem a institucionalização daquele, pois contam que, dentro de um ou dois meses os interesses de classe que o M.F.A. defende não correspondem aos de hoje.

Ir às eleições para as combater

— O M.E.S. denuncia a campanha ideológica «Não votar é trair» como sendo na actual fase da luta de classes em Portugal uma poderosa arma de pressão contra largas massas despolitizadas que sobretudo no interior do País votarão quase de olhos fechados nos Partidos Reaccionários que os caciques determinarem; assim, o M.E.S. considera que essa campanha é mais uma peça do arsenal ideológico da burguesia para enganar as classes exploradas e oprimidas.

— Porque somos antieleitoralistas, porque há que denunciar estas eleições, porque a pureza de princípios ideológicos é muitas vezes contra-revolucionária, **porque pensamos que há que ir às eleições para combater as eleições,** apresentamos candidaturas em 16 distritos dos Continente e Ilhas e procuraremos aproveitar o terreno que a burguesia tem de abrir neste processo, para organizar as massas trabalhadoras, divulgar o nosso Programa de luta, criar e organizar o Contra-Poder Operário e Popular, e desenvolver a temática da Assembleia Popular como órgão máximo do Poder Popular pelo qual há que lutar com ou sem Constituinte e a partir das situações concretas da vida das massas, para a divulgação do Socialismo e do Comunismo.

O M.E.S. considera que a divisão na Esquerda Revolucionária anticapitalista não favorece as massas trabalhadoras, que poderá ter consequências graves para a luta pelo Socialismo e pelo Comunismo o não discernimento por parte das organizações revolucionárias de quem é o inimgo principal e de quais são as tarefas fundamentais do Período Eleitoral. **Fazer deste período o palco de fantochadas verbalistas e colocar o ataque ao P.C.P. como objectivo fundamental desprezando a luta contra os verdadeiros inimigos da classe operária, é colocar interesses de seita à frente dos interesses do proletariado, é infantilismo total que os trabalhadores poderão vir a pagar caro.**

A unificação e reorganização da vanguarda de classe, a construção do Partido Revolucionário não avançará enquanto o sectarismo e o espírito de grupúsculo prevalecerem; para que se avance neste importante objectivo, que o M.E.S. também coloca no seu Programa de luta, há que contribuir para o crescimento e organização do movimento de massas anticapitalista, há que compreender que organização das massas e construção do Partido de classe são dois aspectos de um processo dialético extremamente ligados e que só estando na luta de massas se poderá tirar ao reformismo o controlo e a direcção política dessa luta.

Pôr à prova a organização

O M.E.S. encarou o período eleitoral também como um momento em que as suas organizações regionais se poriam à prova em duras tarefas de mobilização e organização dos trabalhadores.

Assim, não pensou o M.E.S. que seria correcto fazer «bluffs» eleitoralistas e aparecer com candidaturas em distritos onde a fase organizativa do Movimento não o justificasse.

Os candidatos pelo M.E.S. são militantes da Organização, vivem e trabalham nos próprios distritos em que se candidatam, com excepção de alguns membros da C.P.N. que encabeçam algumas listas, mas que estão intimamente ligados ao trabalho político desses distritos. Em vez de um critério de apresentação de número esmagador de operários com fracos laços políticos e organizativos com o M.E.S. considerou-se ser mais correcto para o avanço do trabalho revolucionário o critério de pôr à prova os militantes do Movimento e elaborar listas compostas por Operários, Camponeses, Empregados e Intelectuais Revolucionários.

As posições a adoptar pelo M.E.S. nas zonas do País em que não têm lista de candidatos será definida politicamente pelas estruturas do Movimento face às condições concretas em que se processar a campanha nesses distritos.

Uma vasta campanha de apoio organizativo e financeiro às listas candidatas pelo M.E.S., a formação de Comissões de apoio às candidaturas revolucionárias do Movimento de Esquerda Socialista, a contribuição monetária dos trabalhadores e intelectuais revolucionários são formas concretas de colaboração com a linha política de massas defendida pelo nosso Movimento.

NOTA AOS ASSINANTES:

Os assinantes do E.S., devem indicar o número da assinatura sempre que se correspondam com o jornal na qualidade de assinante.

CANDIDATOS À CONSTITUINTE

DISTRITO DE ANGRA DO HEROÍSMO:

Alverto Azevezo Trabalhador-estudante, 22 anos
João Fernandes Trabalhador numa lota de peixe, 23 anos

DISTRITO DE AVEIRO

Fernando de Almeida e Sousa Técnico de desenho, 31 anos
João Celso da Rocha Cruzeiro Advogado e membro da Comissão Política Nacional, 29 anos
Manuel Reis de Mendonça Estudante, 22 anos
António Augusto Moreira dos Santos Operário Metalúrgico, 27 anos
António Silva Almendra Torneiro mecânico, 38 anos
Álvaro Pereira Cabral Operário Metalúrgico, 28 anos
Alberto Gonçalves da Silva Prof. do Ensino Secundário, 27 anos
António Gomes da Rosa Operário electricista, 31 anos
Fausto de Sá e Cunha Médico, 26 anos
António de Almeida Brandão Empregado de Escritório, 28 anos
João Adalberto de Almeida Martins da Silva Prof. do ciclo preparatório, 22 anos
Jacinto Delfim Bastos Ferreira Martins Empregado de escritório, 31 anos
José Monteiro Operário electricista, 36 anos
Manuel de Pinho Rocha Técnico de desenho, 26 anos

DISTRITO DE BEJA

Vitor Augusto Fernandez da Silva Prof. do ensino secundário e membro da Comissão Política Nacional, 26 anos
António Francisco Gomes (Caetano) Empregado do Comércio, 29 anos
António Francisco Seleiro Mestre (Xavier) Electricista-auto, 29 anos
Carlos Manuel Inácio Figueiredo Prof. do ensino secundário, 25 anos
António Diogo Moreira Trabalhador rural, 44 anos
António Francisco João (Pires) Operário metalúrgico, 32 anos

DISTRITO DE BRAGA

José Manuel Peixoto Bastos Machado Prof. do Ensino Secundário, 23 anos
Alberto João Coraceiro de Castro Assistente universitário, 23 anos
Abílio Lopes das Neves Operário têxtil, 54 anos
António Gualberto de Oliveira Pereira Empregado bancário, 25 anos
Baltazar Gomes dos Santos Funcionário sindical, 24 anos
Carlos Miguel Pinheiro de AbreuTécnico de desenho, 25 anos
António Ferreira Duarte Entalhador, 31 anos
Joaquim José Loureiro Amorim Prof. do Ensino Secundário, 26 anos
Manuel Ferreira de Carvalho Rádio-montador, 23 anos
João Macedo Lourenço Prof. do Ensino Secundário, 24 anos
António Mendes da Silva Ferraz Assistente universitário, 24 anos
José Daniel Jacinto Nunes de Sá Prof. do Ensino Secundário, 22 anos
Ana Aragão Mendes Empregada de escritório, 24 anos
José Abílio de Sousa Martins Empregado bancário, 24 anos
Fernando Francisco Silva Empregado de escritório, 41 anos

DISTRITO DE BRAGANÇA

Agostinho José Guedes Rafael Advogado
António Jorge Nunes Estudante
Carlos Alfredo Alves Bravo Licenciado em Matemática
Adalberto Agostinho Fernandes Castro Funcionário das Caixas de Previdência

DISTRITO DE CASTELO BRANCO

Francisco José dos Reis Alves Operário metalúrgico, 37 anos
Fernando Lopes Ribeiro Mendes Funcionário sindical e membro da Comissão Política Nacional, 23 anos
Ludgero Vicente Barroso Empregado de escritorrio, 21 anos
Guilhermino Alberto Soares Guimarães Lello Empregado bancário 43 anos
Valter Martins Diogo Prof. do Ensino Secundári, 27 anos
Fernando Camilo Sarmento Ferreira Prof. do Ensino Secundário, 23 anos
Fernando Pereira Serrasqueiro Prof. do Ensino Secundário, 23 anos

DISTRITO DE COIMBRA

José Luís Pio de Abreu Médico, 30 anos
Abílio Hernandez Cardoso assistente da Faculdade de Letras, 33 anos
Rui Namorado Advogado, 33 anos
Manuela Carvalheiro Médica, 28 anos
Alexandre Barroso Empregado Bancário, 24 anos
José Augusto Gil Estudante, 21 anos
Ana Maria Cristina Pires Funcionária Pública, 25 anos
Luísa Silva Funcionária dos CTT
Maria Manuela Leitão Marques Estudante, 22 anos
Francisco Carrilho Prático Clínico, 25 anos
Jorge Varanda Prof. do Ensino Secundário, 28 anos
João Seiça Neves Prof. do Ensino Secundário, 24 anos

DISTRITO DE FARO

José Manuel dos Santos Raimundo Técnico de Desenho
Francisco Maria Henriques Gertrudes Gonçalves Economista
Carlos Biló Pereira Pedreiro
Luís Alberto Carvalhinho Correia Candidato à Advocacia
Aida Simões da Costa Oliveira Enfermeira
José Augusto Martins Vilhena Prof. do Ensino Secundário
Jorge Manuel Rosa Martins Empregado de Escritório
Pedro Rodrigues Funcionário Público
Carlos Alberto Seruca de Carvalho Salgado Estudante

DISTRITO DE LEIRIA

Jerónimo Augusto Franco Operário Metalúrgico e Membro da Comissão Política Nacional, 30 anos
António Reis Machado Operário Metalúrgico e Membro da Comissão Política Nacional, 33 anos
Manuel Tiago Monteiro Martins Delegado de Propaganda Médica, 37 anos
Luís Filipe Vieira Frazão Gomes Funcionário Público, 23 anos
António Manuel Rodrigues Mendes Operário da Construção Civil, 31 anos
Maria Manuela Santos da Silva Operária Textil, 30 anos
Amor Rosário da Silva Operário Metalúrgico, 36 anos
Joaquim Urbano Operário Metalúrgico, 28 anos
Luís Carlos Guerra Prof. do Ensino Secundário, 32 anos
José Monteiro da Gama Prof. do Ensino Liceal, 23 anos
Domingos Dias Batista Prof do Ensino Secundário, 35 anos

DISTRITO DE LISBOA

Afonso Morais Sarmento de Barros Investigador, 35 anos
Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues Economista, 25 anos
Augusto Carlos Serra Ventura Mateus Economista, 24 anos
Luís Manuel Martins Ferreira Operária Metalúrgica, 31 anos
Manuel Francisco Cabreira Farrica Operário Electricista, 30 anos
Marcolino Henriques Abrantes Empregado de Armazém, 25 anos, todos Membros da Comissão Política Nacional
António dos Santos Júnior Operário Metalúrgico, 32 anos
António Ferreira Guedes Empregado Bancário
Eduarda Dionísio da Silva Monteiro Prof. do Ensino Secundário
Victor Hugo Camarinhas Barros Empregado de Armazém, 36 anos
António Manuel Pinto Basto Ribeiro Ferreira Estudante, 25 anos
Maria Luís Rocha Pinto Ferreira de Sousa Funcionária Pública
Francisco Humberto Fortes Camões Costa Funcionário Sindical, 24 anos
Maria Júlia Ribeiro dos Santos Ribeiro Ferreira Funcionária Pública, 31 anos
Margarida Maria Pinto de Guimarães Estudante, 21 anos
António Ramos Luís Mecânico de Teares, 21 anos
Maria Leonor Batista da Palma Carlos Advogada, 34 anos
Luís António Delgado Macara Empregado de Escritório, 35 anos
António Eduardo de Ascensão Pinto Pereira Engenheiro Electrotécnico, 26 anos
Maria Júlia Esteves da Silva Abrantes Operária, 22 anos
Joaquim Alberto Batista Coxinho Manipulador, 30 anos
Maria Filomena Lopes Peixoto de Aguilar de Sousa Dias Teixeira Empregada de Escritório, 27 anos
Maria Adelaide Gomes Fernandes de Jesus Caixeira
José Manuel Antunes Gameiro Cardoso Médico, 25 anos
António Alves da Silva Cardador, 26 anos
Joaquim Luís Arrenega Paiva Tecelão, 34 anos
Luís Filipe Monteiro Milhano Operário Textil, 29 anos
Lisete Henriques Azevedo Seixas da Silva Empregada de Escritório, 29 anos
Jaime Seixas da Silva Operador de Máquinas, 31 anos
José Luís Ganhão Técnico de Telecomunicações, 30 anos
Francisco Elias Mata Tipógrafo, 45 anos
Francisco Manuel Veiga Rolhas Empregado de Escritório, 28 anos
Mafalda Osório Teixeira Rebelo de Miquelino Pratas e Sousa monitora de Arte, 29 anos
José Magno Santos Pereira Grosso Professor Liceal
António Manuel Ferreira de Carvalho Delegado de Propaganda Médica
Manuel de Sousa Pereira Operário Metalúrgico, 24 anos
Nuno Pereira Silva Miguel Médico
Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira Engenheiro, 30 anos
João José de Sousa Bonifácio Serra Professor Liceal, 25 anos
Carlos Alberto Costa Cruz Empregado de Escritório, 26 anos
Luís Bernardo Rosa Alves Empregado Bancário, 41 anos
José António dos Santos Rosário Operário Metalúrgico
José António Fonseca Vieira da Silva Estudante, 22 anos
Francisco Cardoso Pires Sapateiro, 71 anos
Arnaldo da Silva Ribeiro Empregado de Escritório, 28 anos
Francisco Cabral Cordovil Economista, 25 anos
António Dias Castanheira Empregado de Escritório
José Francisco de Almeida Profissional de Seguros, 29 anos
Fernando Ernesto Carvalho Seixas de Andrade Técnico de Indústria, 35 anos
Alcino da Silva Casimiro Médico
António José Aveiro de Jesus Electricista
Maria Helena Fernandes Caniço Funcionária Sindical
David Martins Mendes Operário Textil
Maria do Carmo Nunes Carbolla Correia Lopes Preparadora de Laboratório, 28 anos
Aurélio Garcia Lopes Belgrano Electricista

DISTRITO DE PONTA DELGADA

Eduardo Pontes Empregado de Escritório
Jorge Costa Dias Funcionário Público
José Eduardo Martins Mota Engenheiro

DISTRITO DE PORTALEGRE

Nuno Teotónio Pereira Arquitecto, 53 anos, membro da CPN
Júlio Maurício Martinho, Operário de Lanifícios
Antero Bagina Nunes Operário de Lanifícios
José Francisco Baptista Papafina Operário Corticeiro

DISTRITO DO PORTO

Jorge Manuel Gouveira Strecht Ribeiro Advogado, 31 anos
Alberto Sousa Martins, Consultor Jurídico, 29 anos
António Luciano Carrilho Roma Torres Médico, 26 anos
Marcelo Curado Correia Ribeiro Advogado, 33 anos
António Fernando de Campos Cêa Assistente Universitário
José Luís Parente Galamba de Oliveira Estudante, 24 anos
Francisco de Jesus Viegas Operário Fabril, 45 anos
Luís José Nuno Pessanha Teixeira Neves Jornalista, 52 anos
António Moreira da Silva Operário Metalúrgico, 37 anos
Maria Margarida Paredes dos Santos Coelho Arquitecto, 34 anos
Fernando Neves da Rocha Operário, 28 anos
José Joaquim Nunes Pereira de Faria Funcionário Sindical, 26 anos
Arnaldo Jorge Veloso Fleming Sociólogo, 31 anos
João Gomes António Operário Fabril, 33 anos
Armando de Jeus Almeida Barbeiro
Mário Máximino Peixoto Lamas Operário Metalúrgico, 30 anos
José António Carrão Gomes Bento Preofessor do Ensino Secundário
Amilcar César Martins Ferreira Empregado de Escritório, 28 anos
Joaquim dos Santos Duarte Brandão Empregado Sindical, 27 anos
Maria Manuela Martins da Rocha Antunes Assistente Social, 50 anos
Manuel António Mota da Pina Jornalista, 31 anos
António Manuel da Silva Santos Operário Metalúrgico, 33 anos
Ana Rosa de Jesus Pereira Doméstica, 45 anos
Manuel Joaquim Teixeira Pinto Empregado Bancário, 28 anos
Maria Clara Cristina Pires Peixoto e Vilas Boas Prof. Ensino Secundário
Júlio Vieira de Castro Operário Químico, 26 anos
Mário Martins Empregado Bancário, 26 anos
José Gomes Bandeira Jornalista, 37 anos
Jaime Dinis Pedroso de Araújo Couto Operário Electricista, 28 anos
José Tavares Pinto Técnico Sindical, 32 anos
Dario Alberto Silva Guerra Leal Operário Fabril, 38 anos
Maria Isabel Filipe da Silva Pinto Advogada, 30 anos
Henrique Vaz Estudante
Deolinda da Silva Fernandes de Sousa Cabeleireira, 27 anos
Sérgio António Serpa Pinto Barro Eng. Químico
António Manuel Valente Lopes Dias Advogado, 30 anos

DISTRITO DE SANTARÉM

Edilberto Manuel Gonçalves Moço Operário Metalúrgico, 27 anos membro do CPN
António Manuel Leal Lopes Economista, 26 anos
Joaquim Gonçalves Banha Operário Metalúrgico, 32 anos
António Guilhermino Calheiros Dantas Lello Funcionário Público, 22 anos
Manuel Loia Baptista Garrancho Operário Metalúrgico, 31 anos
Aires António Miguel da Costa Estudante, 21 anos
José Alberto Marques Prof. Ensino Secundário, 36 anos
João Albano Ferreira Ajudante de Farmácia, 34 anos
Manuel Almirante Ferreira Camponês, 36 anos
Maria Júlia dos Santos Operária Fabril, 25 anos
Alfredo Rodrigues Ferreira Motorista, 35 anos
Carlos Simões Emp. Escritório, 33 anos
Rui Mota Emp. Escritório, 26 anos

DISTRITO DE SETÚBAL

Víctor Wengorovius Advogado, 37 anos
Rogério de Jesus Marceneiro, 42 anos
Carlos Pratas Funcionário Sindical, 24 anos, (membros da CPN)
Belmiro Carvalheda Funcionário da Caixa de Previdência, 29 anos
Salvador Chaminé Trabalhador Rural, 34 anos
António Joaquim Sobral Operário Metalúrgico, 48 anos
João Aníbal Casimiro Operário Metalúrgico, 25 anos
Maria Eugénia Pires Funcionária Pública, 23 anos
José Manuel Goulão Conferente Marítimo, 25 anos
Maria Catalina Pestana Prof.ª Ensino Secundário, 27 anos
Jorge Silveira Santos Emp. Bancário, 35 anos
Maria Fernanda Gomes Operária Têxtil, 21 anos
José Romão Oliveira Operário Metalúrgico, 28 anos
Margarida Leão Prof. Ensino Secundário, 28 anos
Ricardo Neto Contínuo, 33 anos
Luís Vicente Correia Emp. Escritório, 26 anos

DISTRITO DE VIANA DO CASTELO

José Cândido de Araújo Rodrigues, Prof. do Ensino Técnico, 33 anos
Joaquim da Silva Lopes Emp. Escritório, 34 anos
José Barbosa Braga Operário Metalúrgico, 39 anos
Fernando Neiva da Silva Prof. Ensino Básico, 21 anos
João Alberto de Castro Gonçalves da Rocha Operário Electricista, 34 anos

PRÓXIMOS COMÍCIOS

12 Março: **Setúbal**, bairro da Camarinha, 21 e 30
Almada, Raposo de Cima, 21 horas
13 Março: **Lisboa**, Casa do pessoal da Caixa de Previdência, Av. Est. Unidos América, 35-A, 18 e 30
Setúbal, Firma Barreiros
15 Março: **Setúbal**, Bairro Carmona 21 e 30
17 Março: **Caparica**, Monte da Caparica, 21 e 30

NOVA SEDE EM PENICHE

O núcleo do M.E.S. em Peniche na necessidade de abandonar as instalações em que tinha sede, ocupou novo local num edifício da vila, que o senhorio entendia não estar em condições de utilização.

Comunicamos portanto a todos os militantes, aderentes e simpatizantes, a morada da nova sede:

Rua Alexandre Herculano n.º 16/18 Peniche.

Agradecemos que todos os contactos e correspondência se façam para esta nova direcção, **evitando a antiga** com a qual o Movimento já não mantém qualquer contacto.

SEDES

Angra do Heroísmo R. Conselheiro Jacinto Candido, 7
Aveiro Av. Araújo e Silva, 22
Beja Praça da República, 34
Braga Av. da Liberdade, 354-2.º
Castelo Branco R. S. João de Deus, 54/58
Castro Verde R. Nascimento Costa
Coimbra R. Ferreira Borges, 125-3.º
Covilhã, Praça do Município, 84-2.º - Telef. 24485
Faro, R. Castilho, 9
Guarda, R. Marquês de Pombal, 1.º
Lisboa Av. D. Carlos I, 146-1.º dt.º Tel. 607127, 607128.
R. Rodrigues Sampaio, 79-r/c Tel. 535438
Ovar R. Marquês de Pombal, 70
Peniche, Rua Alexandre Herculano, 18-18
Ponta Delgada R. Tvares Resende, 100
Portalegre R. da Oliveira, 61
Porto R. 31 de Janeiro, 150-2.º Tel. 319569
S.Pedro do Sul L. de S. Sebastião
Seia R. Capitão António Dias
Setúbal R. José Adelino, 13 ao L. da Fonte Nova
Viana do Castelo R. Altamira, 65/67
Vila Nova de Gaia R. Teixeira Lopes, 123

O «E. S.» VENDE-SE

EM FRANÇA
Livrairie Portugaise,
33 Rue Gay-Lussac
75005 Paris (Telf. 033.46.16)

NA BÉLGICA
Librairie L'Oeil Savage
221, Chaussée d'Ixelles
1050 Bruxelles (Telf. 648.14.45)

CAMPANHA DE FUNDOS

Transporte	2250$00
Um camarada de **Vila Nova de Gaia**	300$00
Um grupo de trabalhadores de **Construções Técnicas, SARL**	530$00
Um camarada de **Bombarral**	500$00
TOTAL	3580$00

O MES OCUPOU UMA CASA

O Movimento de Esquerda Socialista ocupou as instalações de um prédio na Av. D. Carlos I, n.º 130.

A longo tempo sofrendo de falta de instalações compatíveis com as necessidades do trabalho, o M.E.S. não podia aguardar, por mais tempo, negociações, diligências, recusas e dificuldades de toda a ordem.

Assim viu-se obrigado a tomar nas suas mãos a resolução de tão grave problema declarando desde já a disposição de resolver todas as questões burocráticas no mais curto espaço de tempo.

Jornal semanal — todas as quartas-feiras
propriedade de
Movimento de Esquerda Socialista
composto e impresso em
Renascença Gráfica, SARL
Rua Luz Soriano 44, Lisboa

Esquerda Socialista é transportado gratuitamente pela C.P.

PROPOSTA APRESENTADA EM ASSEMBLEIA GERAL DE TRABALHADORES E APROVADA POR MAIORIA E ACLAMAÇÃO

«Os trabalhadores da TAP reunidos em plenário geral em 4/3/75, analisando a situação da TAP, criada pela não concretização do ACT até ao dia 28 de Fevereiro de 1975; e atendendo que a opinião pública se encontra num estado de ignorância quase total acerca do que se tem passado na TAP e tem sido tendenciosamente manipulada por certas ideologias fascizantes e reformistas burguesas, e que em qualquer forma de luta que oponha o trabalho ao capital esta opinião pública é particularmente importante, apresentam à Assembleia, como questão de táctica a adoptar a seguinte proposta:

I

Que se faça chegar ao conhecimento do Conselho Superior do M.F.A., Junta de Salvação Nacional, Presidência da República, Presidência do Concelho, Ministério do Equipamento Social, Ministério do Trabalho e Administração TAP, as situações anómalas da Companhia, tais como: o boicote económico, nomeadamente venda de aviões, recusa de fretamentos e carga. Má gestão que se tem vindo a verificar na questão de horas extraordinárias referentes a 1974 no montatnte de Esc. 118.000.000$00, mau aproveitamento da mão-de-obra, etc. Deste modo, a Comissão Sindical, conjuntamente com uma Comissão de Delegados Sindicais e os acessores que estas julguem convenientes, a nomear no Plenário de Delegados providenciarão no sentido de que até 2.ª feira, dia 10 inclusive, se efectuem reuniões de emergência com representantes da Administração e do Governo, a fim de em última instância esgotar todas as possibilidades de negociação.

II

Simultaneamente, durante este período, 4.ª, 5.ª, 6.ª, sábado e domingo deverá ser feita uma campanha maciça de distribuição de comunicações à população, aos órgãos de Informação, tais como, rádio TV, Imprensa burguesa e popular, e agências noticiosas, fábricas e empresas, bem como deverão ser elaborados jornais de parede que serão profusamente distribuidos por toda a cidade.

Para cumprimento do que atrás ficou exposto, é necessário:

a) — assegurar os serviços de tipografia para além das horas normais de serviço, de modo a que possa haver uma elaboração constante de todo o expediente.

b) — Solicitar à RTP uma mesa-redonda para esclarecimento dos problemas que afectam as classes trabalhadoras da TAP.

III

Caso se verifique um malogro das negociações do ACT, realizar-se-à segunda-feira, dia 10 de Março de 1975 um Plenário com início às 15 horas, para infomação dos resultados, não só refenrentes às negociações, como de todo o trabalho efectuado durante este período, nomeadamente informação no exterior e diligências junto da RTP.

IV

Verificando-se, portanto, a negatividade em todos os campos, deste Plenário deverá sair uma manifestação tendo esta o significado de chamada de atenção final para todo o processo. Neste mesmo Plenário será decidido o trajecto da manifestação.

V

Como último recurso será promovido na terça-feira dia 11 de Março de 1975 uma paralização com concentração de todos os trabalhadores junto ao edifício 25, das 10 horas da manhã às doze horas. 4.ª feira dia 12 de Março de 1975, será levada a efeito nova paralização, com concentração em frente ao edifício 25, das nove às treze.

VI

Se 4.ª feira da parte da tarde não houver um evoluir da situação, será levado a efeito a apralização geral e total da empresa, a partir da 00h 10m de 5.ª feira.

VII

Para evitar erros de ordem técnica que possam ser aproveitados pela repressão, a Comissão Sindical e Delegados Sindicais assumirão a coordenação dos acontecimentos para que, deste modo, não se venha a verificar rupturas, cisões, oportunismos políticos, ou ainda campanhas difamatórias.

Deverão ainda os delegados sindicais e Comissão Sindical denunciar imediatamente durante este processo todo e qualquer elemento sindical ou fura-greves, que se tente alienar do problema em curso.

VIII

Os trabalhadores da TAP responsabilizam, desde já, a Administração, assim como todas as entidades ligadas a este assunto por incúria e nigligência, se a greve se vier a declarar, esgotadas que foram todas as vias de resolução do problema.»

TAP: 5 anos de luta

Continuação da pág. 1

com a mesma têmpera e a mesma determinação de não pactuar com fascistas nem sucumbir a exploradores, são de novo vítimas da repressão, agora spinolista, e sempre **A Bem da Nação**.

— Os trabalhadores são mobilizados militarmente. As instalações ocupadas, presos alguns camaradas, e duzentos despedidos ou suspensos.

Triste, foi que se antes de Abril esta vanguarda trabalhadora recebia o apoio e a participação na luta de muitos milhares de outros trabalhadores não operários da empresa, o mesmo já não aconteceu no pós Abril.

Triste (leia-se: significativo), foi partidos ditos operários circunscreverem a sua existência e influência à camada pequeno-burguesa e burguesa, especialmente quando o faziam no intutito de denegrir a luta operária e isolá-la.

Mas, é na luta que a classe se constitui como consciência e organização.

— Em 1970 constatou-se que só a classe, ela própria, poderá lutar por si; que deixando os seus interesses em mãos alheias, quem ganha são os outros... e à sua custa.

— Ç:Em1973aprendeu-se que com a união a organização e a utilização das armas apropiadas, nem a mais feroz repressão sairá vitoriosa.

— Em 1974 (meses depois do 25 de Abril) foi claro na consciência de todos como o inimigo pode tomar feições diversas — **aprendeu-se o verdadeiro papel do reformismo.**

Agora, os trabalhadores da TAP avançam de novo contra a exploração capitalista e pelo saneamento.

Saberão fazer frente às manobras divisionistas, venham elas da administração do Governo ou de Partidos.

A grande massa dos trabbalhadores da TAP (**excluídos mandarins, afilhados e bufos**) deverá entender que o isolamento dos operários não poderá senão atrasar a luta pelos reais interesses de todos os assalariados.

Foi neste espírito que se fez no passado dia 7, circular pela cidade um documento assinado por «os trabalhadores da TAP» e do qual reproduzimos parte:

Os trabalhadores dos TAP tendo consciência que:

a) A difamação do que foram alvo e à qual continuam sujeitos, colocou a população portuguesa fora da verdade, através de uma informação intencionalmente deformada, da justa luta que vem sendo desenvolvida desde 1970.

b) As suas justas reivindicações têm sido deturpadas, boicotadas e adiadas por tempo indeterminado.

c) Só a verdade lhes interessa como processo de luta contra a classe dominante que, ao contrário, utiliza os seus orgãos (informativos, governamentais e partidários) para lançar as maiores mentiras sobre os Trabalhadores de forma a que estes lutem «ferozmente» entre si.

d) Já não nos é possível manter mais conversas com «surdos» acerca de toda a situação caótica que reina nos TAP, às dificuldades económicas dos trabalhadores, ao justo saneamento e à conclusão do Acordo Colectivo de Trabalho (ACT).

COMUNICADO À POPULAÇÃO

Decidiram em Plenários Gerais de 3/3/75 e 4/3/75 informar concretamente todos ostrabalhadores do país sobre as formas de luta que são obrigados a adoptar por considerarem esgotados todos os outros meios utilizados até à data.

...POR QUE LUTAMOS

Após oito meses de negociação do ACT e esgotadas todas as possibilidades de acordo para a sua conclusão, nada mais resta aos trabalhadores dos TAP senão avançar para formas superiores de luta com vista a:

a) saneamento

b apuramento dos respnsáveis de Julho de 73

c) eliminação das horas extraordinárias

d) fiscalização dos actos de sabotagem económica e levantamento das sanções militares aplicadas a trabalhadores

f) não permitir despedimentos

g) reivindicações salariais com base na forma atrás referida

Dentro desta linha de esclarecimento aos trabalhadores e população em geral resta-nos dizer as formas de luta aprovadas nos Plenários Gerais como fim de evitar informações mentirosas e outros métodos utilizados para boicotarem as nossas justas reivindicações:

a exigência do dia 10/3/75 (exclusive) para conclusão do ACT

b) exigência de uma mesa-redonda na RTP:»

O Movimento de Esquerda Socialista mantém o seu vivo apoio a esta longa e justa dos trabalhadores dos TAP.

metalúrgicos contra direcção

Continuação da pág. 1

meçou-se a verificar que a maioria dos membros da direcção se preparava para afastar alguns dos trabalhadores — empregados do sindicato, sem justa causa, nomeadamente trabalhadores progressistas dos que mais tinham contribuido, numa inequívoca atitude anti-fascista para a eleição desta própria direcção antes do 25 de Abril.

«Despede-se um empregado alegando que era eventual e desnecessário, mas admite-se logo outro com menos capacidade mas com posição política idêntica à da maioria dos membros da direcção. E, contrariamente à decisão tomada em reunião dos empregados deste sindicato, que tinham aprovado os 12 contos mensais como limite de ordenado, é admitido um funcionário, com idênticas posições políticas, ganhando mais de 14 contos. Por último são suspensos outros cinco empregados que tinham apontado publicamente erros de gestão que essa maioria da direcção se recusara a ouvir, pondo porventura a claro que esses erros derivavam afinal da sua actuação cupulista.

«Inesperadamente na sexta-feira, dia 7, esses membros da direcção começaram por mandar sair alguns empregados, em quem tinham mais confiança, e finalmente todos os restantes, alegando que iam suspender o funcionamento dos serviços do sindicato (isto precisamente quando fora deliberado para o próximo dia 13, num plenário dos trabalhadores dos TAP aliás por aclamação, uma manifestação visando a reintegração do trabalhador despedido e dos suspensos.

«Alertados pelos empregados sindicais muitos camaradas metalúrgicos, nomeadamente delegados, contra esta estranha decisão dirigiram-se para o sindicato e resolveram, em reunião geral aí efectuada, que se deveria dar essa reintegração e que deveria ser convocada uma Assembleia Geral para apreciar a conduta desta direcção.

«O MES tem evitado pronunciar-se em questões internas de sindicatos ou outras associações. Mas em determinados momentos, **estando em causa a democracia interna dos sindicatos e o próprio direito ao trabalho,** não pode deixar de intervir, denunciado as actuações dirigistas e reaccionárias que, no momento grave que o país atravessa, outra coisa não servem que a divisão da classe trabalhadora, o recuo do processo revolucionário e o reforço do poder da burguesia.

SOPONATA:

a bordo nada de novo

. Após o 25 de Abril, com os fascistas à defesa, as classes trabalhadoras desde sempre oprimidas, iniciaram por todo o lado processos reivindicativos, tendentes a alterar substancialmente a posição do trabalhador face à entidade patronal. Explicando melhor o sistema capitalista baseia-se na exploração da mão-de-obra e na acumulação de mais valia; há pois que denunciar e combater o contrato «normal» de prestação de trabalho. Mas para além da exploração aceite por contrato, o trabalhador estava sujeito a todo o tipo de abusos da entidade patronal, a qual agia à vontade não estando sequer habituada a cumprir a própria lei capitalista. É assim que o método de admissão era a «cunha», o sistema de promoção era a «graxa», o segredo para manter o emprego era a «obediência servil». Isto porque quem «refilava» era despedido, quem não «alinhava» não recebia aumento ou gratificação, e o patrão, que tudo podia e mandava, nem sequer corria o risco de ser chamado à ordem. Eram regalias conquistadas em dezenas de anos de luta pelo obscurantismo, em que vingava a lei do mais forte, podendo dizer-se que fazia parte de todo o contrato de trabalho, como cláusula não escrita mas garantida pelos usos, a seguinte disposição «o patrão tem sempre razão» — há que obedecer-lhe.

Hoje em dia, em muitas empresas, os trabalhadores lograram revogar, na prática, esta cláusula; noutras tal tarefa está ainda por realizar, mantendo o patrão o seu direito de abusar a seu bel-prazer dos trabalhadores que, com o seu trabalho, lhe enchem os bolsos.

É esta a situação na SOPONATA, empresa de transporte de petróleos, proprietária de vários navios e pertencente ao grupo CUF. Aqui, não tendo havido qualquer tipo de saneamento, mantêm-se os métodos repressivos, a manipulação dos direitos mais elementares dos trabalhadores, o não cumprimento da lei pelo patronato e a ameaça de represálias a quem use «levantar cabelo».

O E.S. conversou com marinheiros do navio «JESSIE» petroleiro com 40 tripulantes, que nos relataram algumas das prepotências ocorridas. E, para ter uma ideia da extensão destas práticas, há que ter em conta que o que aqui divulgamos não é caso excepcional, mas sim regime corrente neste ramo de actividade.

Os marinheiros trabalham em regime de polivalência, isto é: podem ser obrigados a realizar tarefas de qualquer tipo e, além disso, são obrigados a aceitar até 60 horas suplementares por mês, o que dá 2 horas a mais de trabalho por dia. Com isto, só no convés, trazem 3 homens a menos! E estas horas não são pagas por fora, pois consideram-se incluídas no ordenado.

No que são empregues estas horas? Em trabalhos que só podem ser feitos em estaleiros, mas que assim saem muito mais barato, como seja reparações do navio em viagem, picar o convés, pintar o barco, etc.

E quem paga as favas, quem carrega com estes serviços, são os elementos mais mal pagos da tripulação, os marinheiros (quem se lixa é o mexilhão...).

Apesar das dificuldades organizativas, que têm de enfrentar (como seja o facto de em cada viagem mudar a tripulação e a insistência do capitão em assistir a reuniões), os marinheiros do «JESSIE» resolveram tomar medidas em relação a este estado de coisas. Enviaram de bordo, assinado por todos, um telegrama ao Sindicato em que expunham a situação.

Foi-lhes respondido, também por telegrama (que reproduzimos) que o contrato colectivo apenas obriga a horas extraordinárias em casos excepcionais, como seja os de manobras e avarias; fora destes casos só estando os trabalhadores de acordo.

— «Quando chegámos a Lisboa a comissão do pessoal da SOPONATA, que não defende os interesses dos marinheiros, foi a bordo tentar convencer-nos a continuar no mesmo regime.

Afirmavam que de outro modo ficávamos a ganhar menos, que perdíamos os prémios, etc.»

. «O que eles não querem ver é que com este regime ficam muitos chefes de família em terra, sem emprego, que, de outro modo, poderiam ser empregados.

«E a um camarada que respondeu que só queria fazer aquilo a que é obrigado por contrato, que só fazia horas extraordinárias quando houvesse emergência, foi-lhe passado bilhete de desembarque e substituído por outro que nem tinha credencial do Sindicato para ser inscrito na capitania. Tendo posteriormente ido ao Sindicato saber da sua situação foi informado que, da SOPONATA, tinham concordado em que embarcasse, mas dentro do mesmo regime das 10 horas por dia.

— «O Sindicato não tem sido capaz de defender os nossos interesses. Assim, em reunião havida na 4.ª-feira passada entre representantes do Sindicato e do armador, o Sindicato deixou-se levar, tendo sido aprovada a proposta que deixava ficar tudo na mesma.

«Aliás a tripulação anda agora muito democrática: como são os marinheiros que são a minoria, que suportam o regime da polivalência, e, consequentemente, trabalhos mais pesados, eles organizam votações de toda a tripulação para decidir se se aceita ou não o regime que só a nós prejudica (visto que a restante tripulação — capitão, imediato, maquinistas, radiotelegrafistas, empregados de cama e mestrança, isto é: carpinteiro, electricista, serralheiro, torneiro e bombeiros — nunca fazem mais do que o seu trabalho, cabendo aos marinheiros os trabalhos pesados de pinturas, etc.). Claro que as votações foram favoráveis àquele regime. Assim, com este processo «democrático», conseguiram inclusivamente aprovar uma coisa que é contrária ao contrato colectivo.

E no fim desta votação, o capitão sentenciava: «quem não aceitar este regime vai para a rua»!

. E.S.: E qual é a possibilidade de se organizarem para exigirem que os vossos direitos sejam respeitados?

. — «A situação não é boa. A comissão de pessoal é dominada pelos mais priveligiados. Ainda há pouco apresentou uma proposta de salários de 10 contos e pouco para empregados de câmara, 11 contos para os marinheiros e 36 para o comandante. Os trabalhadores recusaram-se a assinar esta proposta.

Note-se, aliás, que já antes lutámos contra o regime de horas extraordinárias, mas a acção do Governo, nessa altura, fez fracassar a nossa posição. Foi pouco depois do 25 de Abril, estava o barco na Pérsia. Nessa altura recusámo-nos a fazer mais de 8 horas diárias, o que fez com que o barco ficasse alguns dias parado sem carregar. Isto porque como empregam menos gente do que a necessária em certas alturas, como seja a do carregamento, o barco só funciona mesmo com base nas horas extraordinárias. Ao fim de 3 dias veio de Lisboa ordem do Governo para trabalharmos, tendo os navios sido requisitados à ordem do Exército em regime militar. Assim tivemos momentaneamente de ceder.

E.S.: Quanto a condições de trabalho e segurança, qual é a situação?

— «Não há médico a bordo mas apenas enfermeiro. Já tem acontecido tipos estarem muito mal, algumas vêm a morrer, e apesar de passarmos muito perto de terra não paramos para levá-los ao hospital para não perdermos horas.

«Além disso há casos de tratamento à boa maneira fascista, como a de o imediato que, para o piloto se não encostar, pregava uma tábua com pregos na parede que lhe ficava por trás.

Como vê, os reis do capital mantêm os velhos hábitos de oprimir. Muito há para fazer neste campo, em muitas empresas. O conseguir-se ou não meter estes senhores na ordem, depende fundamentalmente do que os trabalhadores consigam, em cada fábrica, em cada barco, de organização, de determinação para a luta e de esclarecimento de que só atacando o capital em todas as formas de exploração que o seu domínio origina se poderá construir uma sociedade cuja lei fundamental não seja o lucro e a exploração do trabalho alheio.

DEMITE-SE O PRESIDENTE DO SINDICATO

. No final de uma reunião de delegados foi lida aos presentes, de uma das janelas do sindicato, a seguinte declaração:

«Considerando o comportamento sectário e partidário que a direcção tem tido, principalmente nos últimos tempos;

. «Considerando que a direcção tem contribuido profundamente para a divisão dos trabalhadores;

Considerando que a direcção pretende, como já tem dado provas, despedir todos os trabalhadores progressistas que não se identificavam com o PCP.

«Considerando que a direcção tem feito tudo para transformar o Sindicato em correia de transmissão partidária, e por outros motivos que exporei em Assembleia Geral eu, Jerónimo Augusto Franco, militante anti-fascista de antes e depois do 25 de Abril e, 'presidente' da 'direcção» deste 'Sindicato' dos Metalúrgicos demito-me.

Lisboa, 7 de Março de 1975 às 22 horas

JERÓNIMO AUGUSTO FRANCO

Um extenso comunicado, assinado por delegados de várias empresas, e que relata pormenorizadamente os acontecimentos, afirma a certa altura:

. «(...) Seguidamente, alguém informa que acaba de ser lido no Rádio Clube um comunicado da Direcção do Sindicato, assinado pelo Manquinho, dizendo que «Func onários fascistas não saneados» se barricaram dentro do Sindicato e estavam coligados com uma pseudo manifestação para apoio dos «insubordinados» e que se estava a fazer um boicote ao plenário dos delegados.

«Esta anormidade provocou uma onda de repulsa entre os delegados presentes. A Direcção estava a fazer um jogo duplo e provocatório para a classe, tentando lançar a confusão entre a classe metalúrgica, com mentiras e calúnias. Os directores sindicais presentes no Sindicato apressaram-se a dizer aos delegados que não tinham conhecimento do comunicado.

«Grupos de provocadores que se apresentavam como delegados sindicais tentavam boicotar a reunião que se estava a realizar. Convidados a participar, recusaram-se a fazê-lo, dizendo que estavam muito bem informados. Diziam que apoiavam a Direcção.

Informados de que os delegados presentes em reunião do Sindicato tinham decidido a convocação de uma Assembleia urgente para esclarecer totalmente os factos perante a classe, continuaram o seu trabalho boicotador, fazendo pequenas reuniões nos corredores e conferenciando no Gabinete da Direcção.»

. Entretanto, chegou ao Sindicato uma força militar a inteirar-se do que se passava.

Depois de informada pelos presentes, e assegurando-se que não se tratava de qualquer golpe reaccionário como a direcção pretendia fazer crer, o capitão comunica que todos os presentes devem abandonar o Sindicato, e que se responsabilizaria pela segurança de tudo o que aí se encontrava, e que seria anunciado em breve um plenário, para decidir da situação, conforme deliberação dos delegados presentes.

No final o capitão do COPCON, contrariamente ao que tinha afirmado, entrega as chaves à direcção, dizendo que não deviam utilizar as instalações.

CAMARADAS!

. **O relato destes acontecimentos exige de nós uma tomada de posição firme e esclarecida onde a direcção e os trabalhadores do Sindicato sejam ouvidos.**

Tal só é possível **em plenário geral de metalúrgicos** onde só intervenha quem possuir dados concretos que ajudem a esclarecer os factos, opondo-nos a toda a confusão e intervenções provocatórias, exigindo que nada nos seja escondido.

A classe operária não tolera que sejam despedidos, reprimidos e caluniados em seu nome trabalhadores anti-fascistas e anti-capitalistas.

Só a verdade é revolucionária, por isso defendamo-la!

Preparemos a convecação de um grande plenário donde a classe saia esclarecida e não conduzida.

O Sindicato é dos trabalhadores.

Lisboa, 10 de Março de 1975

Delegados sindicais das empresas: PRECIX, CARRIS, C. SANTOS, METROPOLITANO, METALÚRGICA PINTO E CARREIRA, LISNAVE, FÁBRICA PROGRESSO MECÂNICO, SACOR, MESSA, HABITAT, MOCAR, METALOFABRIL, TAP, A. M. ALMEIDA.

SETÚBAL

P.P.D. provoca população

O Movimento de Esquerda Socialista — M.E.S., que, começou recentemente a desenvolver a sua organização em Setúbal, considera todavia dever pronunciar-se inequivocamente sobre os recentes acontecimentos verificados nesta cidade:

1. O que se passou na noite de 7 para 8 de Março em Setúbal não foi um simples conflito, mesmo físico, entre organizações políticas, entre uma organização que queria fazer um comício e outras que o queriam impedir.

2. Muito mais do que isso houve de facto à boa maneira fascista, uma atitude provocatória da parte do P.P.D., onde aliás se acoitam elementos notoriamente fascistas que ainda há um ano militavam na A.N.P., L.P., M.P. etc. e mais recentemente nos extintos partidos do progresso e liberal, conjugadas com a acção reaccionária e repressiva da P.S.P. que — há disso abudantes provas — atirou a matar contra as pernas e para a cabeça dos manifestantes quer com rajadas de metrelhadora atiradas da janela do 1.º andar da esquerda que atingiu inclusivé simples populares que saiam do cinema...!

3. Não chegou a haver qualquer conflito com as Forças Armadas, tendo até havido populares que se dirigiram ao quartel para reclamar a presença dos militares, depois da repressão armada de que foram vítimas há saída do Clube Naval por parte das forças militarizadas e muito provavelmente de atiradores do corpo de segurança, armado, do P.P.D. porventura infiltrados entre os manifestantes, e que o próprio confessa ter, embora não confessando tê-los utilizado.

4. Esta manobra provocatória do P.P.D. e seus aliados, nomeadamente forças policiais, sobre a classe operária e o povo trabalhador, faz parte do plano bem global da escalada reaccionária a que estamos a assistir.

5. Impõe-se que estes factos graves não caiam no esquecimento nem o Governo acabe por actuar como se ainda houvesse a malfadada garantia administrativa, há pouco abolida, e que permitia designadamente que elementos das forças repressivas nunca vissem os seus actos apreciados em tribunal porque nunca vinha autorização do ministro que era então necessária para que a queixa dos cidadãos atingidos ou seus familiares, fosse para diante. Impõe-se a imediata detenção dos principais responsáveis e averiguação permenorizada das responsabilidades.

Impõe-se o saneamento, desarmamento e completa refundição da P.S.P. e da G.N.R., em que muitos fascistas confiam para o golpe militar de direita, com que esperam isolar e vencer quer os sectores progressistas do M.F.A. quer sobretudo a classe operária e os seus aliados.

6. Impõe-se fazer uma clara escolha anticapitalista quer através da plena tomada de consciência do povo, quer da parte do M.F.A. e dos partidos que queiram servir sem margem para dúvidas os interesses dos trabalhadores e não o dos capitalistas.

O M.E.S., luta por uma frente de massas anticapitalista, por um plano económico-social que sirva o povo contra o desemprego e o aumento do custo de vida em vez de servir a estabilização do capitalismo em crise, pela afirmação de formas de poder operário e popular que controlem a produção e o emprego, a habitação e os preços, a saúde e os transportes, os trabalhadores, para os soldados e marinheiros, e oficiais e intelectuais progressistas, nesta fase decisiva da vida nacional, em que em cada momento se escolha entre o avanço para o socialismo ou em alternativa, capitalismo autoritário, a pobreza e a derrota das classes trabalhadoras.

O M.E.S. afirma a sua linha política que se não confunde com a hesitação, o reformismo e dirigismo do P. C. P. nem com o moralismo e a obcessão anti-P.C.P. de alguns grupos esquerdistas que afinal pouco mais propõem de útil aos trabalhadores, e muito menos com a linha oportunista do P.S. em que predomina uma orientação burguesa

Por uma ampla frente de massas anticapitalista
Nem reformismo nem esquerdismo
Com a classe operária e os seus aliados na luta pelo socialismo para chegar ao comunismo
Avante pelo poder operário e popular

hoje já temos muito

amanhã teremos milhõe$

PORTO 8 DE MARÇO MANIFESTAÇÃO

Fora decidido por várias comissões de trabalhadores de empresas da zona do Porto convocar uma grande manifestação, dia 8, de luta contra os despedimentos e o aumento do custo de vida. O M. E. S. associou-se a esta iniciativa e apoiou a convocação da manifestação, no seguinte comunicado:

Desde há meses que a situação social e política portuguesa se tem vindo a degradar de um modo inquietante. Com efeito, as vitórias alcançadas sobre a burguesia, em Julho e Setembro, foram apenas parciais e os seus resultados tiveram curta duração.

É verdade que a tentativa reaccionária de Palma Carlos não vingou dada a intervenção decidida do M. F. A. que resultou na formação do segundo Governo Provisório.

É verdade que no dia 28 de Setembro as massas populares apoiadas pelo sector progressista do M. F. A. destruíram a conspiração dos partidos fascistas claramente ajudados pelo Partido da Democracia Cristã, pelos grandes capitalistas e latifundiários e por certos militares, tais como Sanches Osório e Galvão de Melo.

No entanto, a relação de forças dentro da coligação governamental, as hesitações do M. F. A., a falta de firmeza revolucionária de muitas forças que dizem apoiar o sector mais progressista do M. F. A. não consolidaram efectivamente as vitórias alcançadas pelas grandes movimentações de massas do 28 de Setembro.

Na verdade os despedimentos aumentaram assustadoramente e a sabotagem económica continuou.

Tudo isto foi aconpanhado por uma tentativa de desmobilização das massas populares levada a cabo por partidos que se dizem defensores dos trabalhadores e que no fim de contas, só permitiram o reagrupamento rápido das forças de direita, de que a aliança eleitoral P. D. C./C. D. S. é apenas um exemplo.

No seio do Governo P. P. D. e P. S. mostram claramente que nunca poderão levar à prática apesar das declarações pomposas dos seus dirigentes, um programa do M. F. A. que defenda os interesses dos trabalhadores. Em comícios, comunicados e entrevistas a jornais estrangeiros surgem, cada vez mais insistentemente alusões à «ditadura militar», apelos à solidariedade da Europa capitalista ameaças veladas à guerra civil. Tudo isto indica uma clara cisão da coligação governamental reformista. Haja em vista a batalha pela unicidade sindical em que foi evidente o propósito do P. S. e do P. P. D. de atacar a unidade em nome do pluralismo.

E, no entanto, se o P. S. tivesse de facto a confiança das massas trabalhadoras nada lhe seria mais fácil do que combater neste campo as tentativas de domínio das cúpulas sindicais por parte de aparelhos partidários poderosos. Preferiu abandonar o terreno e transferir para comícios a luta urgente que poderia e devia ser travada.

O Plano Económico, por sua vez, elaborado no segredo dos gabinetes ministeriais, constituía uma trégua oferecida à burguesia para tranquila gestão do aparelho de estado burguês em direcção a uma sociedade de tipo neocapitalista, vagamente enfeitada por alguns chavões «socializantes».

Tendo ganho neste primeiro assalto, a burguesia não se contentou com esta meia vitória até porque se sentiu subitamente fortalecida pelo sinal de fraqueza demonstrado pelo sector progressista do M. F. A.

O esforço desses partidos da burguesia centra-se agora na neutralização do M. F. A., no regresso dos oficiais progressistas às casernas, na reconstituição do Exército como instrumento ao serviço do domínio da burguesia.

Mas, para que este projecto se possa concretizar, ele tem de desmantelar o movimento de massas que se vai fortalecendo na prática anticapitalista.

Tirando partido da falta de informação de que o Governo no seu todo é responsável, usando e abusando do boato, tentanto atirar para cima da actual administração a responsabilidade dos defeitos e vícios herdados do fascismo **activando de forma notória certas manifestações de descontentamento, como a greve dos liceus, assinando com uma mão os aumentos de preços dos géneros de primeira necessidade e com a outra os protestos contra os mesmos aumentos**, estas forças da burguesia pretendem, com a ajuda do capitalismo internacional, e dado o ainda deficiente grau de politização de grandes camadas da população, **restabelecer o seu completo domínio de classe e fazer os trabalhadores pagar com juros o susto de Setembro e a crise que o capitalismo português atravessa.**

O jogo desta burguesia liberal e pseudo-socialista não tem em linha de conta o facto de objectivamente fortalecer o reaparecimento do fascismo com todas as consequências que isso implica.

Esta situação é agravada pela fragmentação e incapacidade da esquerda anticapitalista em apresentar uma proposta revolucionária global que mostre claramente às massas populares a imagem de um novo tipo de vida e sociedade derivados de novas relações de produção em que o poder popular seja efectivamente assegurado e a independência nacional plenamente conseguida.

Compete aos trabalhadores e às forças políticas que se reclamam de democracia proletária tomar audaciosamente a iniciativa em ordem a conquistar o poder, destruir o aparelho de estado burguês e realizar a revolução socialista.

Para tal só a mobilização dos trabalhadores, nos locais de trabalho e de habitação, em comissões de trabalhadores e comissões de moradores, criando poder operário e popular, exigindo o comprometimento do sector progressista do M. F. A. pode assegurar o avanço do processo revolucionário.

O Secretariado da Organização Regional do Porto do MOVIMENTO DE ESQUERDA SOCIALISTA

PELO DIREITO AO TRABALHO!

CONTRA OS DESPEDIMENTOS!

ABAIXO A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA!

ABAIXO O CAPITALISMO E O IMPERIALISMO!

VIVA A CLASSE OPERÁRIA!

Grupos de operários e comissões de trabalhadores de algumas fábricas e empresas da região do Porto fizeram um apelo à classe operária e ao povo trabalhador, e a todas as organizações sindicais para se manifestarem «PELO DIREITO AO TRABALHO — CONTRA OS DESPEDIMENTOS». A referida convocatória afirmava: «Sobem alguma coisa os salários, mas a vida muito mais, aumentam os transportes e as casas ou não se encontram ou são alugadas a um preço dos diabos, a assistência médica e o ensino, tudo continua a ser previlégio dessa cambada de exploradores».

Mais do que isso, o patronato, o capitalismo, lançam hoje no desemprego milhares de trabalhadores. Com esta manobra eles pretendem meter medo à classe operária tentando travar as suas justas lutas pois ameaçam sempre os operários que trabalham com o desemprego, tentam assim fazer crer aos trabalhadores que o que é preciso é trabalhar para salvar a economia, a «ECONOMIA DELES», claro está.

... Face a tudo isto é necessário que a classe operária e o povo trabalhador estejam solidários para com os nossos irmãos de classe, os desempregados. «QUE TODOS OS TRABALHADORESSEUNAMEMANFESTEM NA LUTA CONTRA O CAPITALISMO, PELO DIREITO AO TRABALHO, CONTRA O DESEMPREGO!».

A convocatória terminava com as seguintes palavras de ordem:

PELO DIREITO AO TRABALHO!

CONTRA OS DESPEDIMENTOS!

ABAIXO A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA!

ABAIXO O CAPITALISMO E O IMPERIALISMO!

VIVA A CLASSE OPERÁRIA!

Várias organizações políticas apoiaram esta convocatória dos trabalhadores, nomeadamente com a FEC-ML, o M.E.S., a LCI, a LUAR, o PRP-BR e a UDP.

O M. E. S. consequente na sua linha de defesa intransigente dos interesses da classe operária e do povo trabalhador, anunciou dia 6 de Março o seu apoio a esta iniciativa através do **comunicado anexo do Sorp do M.E.S.**

Na véspera da anunciada manifestação o Governo Civil do Porto, pela pessoa do dr. Mário Cal Brandão, conhecida «estrela» do Partido Socialista, considera ilegal a manifestação, acusando-a de «levantar graves suspeitas sobre os fins que se têm em vista com a sua realização no momento em que o País se prepara para dentro do mais elevado espírito cívico, manifestar pelo voto e em eleições livres as suas opções sobre os problemas políticos nacionais».

Ignorando estas e outras ameaças, cerca de 8000 pessoas, percorreram durante 3 horas as ruas da cidade, denunciando a exploração capitalista e exigindo um «GOVERNO POPULAR». À passagem pelo consulado americano a multidão gritou «abaixo o imperialismo . Arrastando com intensa chuva e violenta queda de granizo, os manifestantes não arredaram pé e, junto ao Governo Civil, exigiram a libertação de alguns camaradas presos de manhã, quando anunciavam a manifestação. Realizado este objectivo, os manifestantes dirigiram-se mais uma vez à Praça onde se realizou um curto comício, no qual falou um camarada operário representante dos trabalhadores, que fez um apelo à unidade de classe operária e do povo trabalhador na luta contra o capitalismo e burguesia.

Esta manifestação revelou claramente a determinação dos trabalhadores de opor-se decididamente às manobras do capitalismo e apontou o caminho certo da unidade dos trabalhadores e das organizações de esquerda na luta contra o inimigo comum: o capitalismo.

O capital não se controla — ATACA-SE !

. Numa economia capitalista como a do nosso país, o capital financeiro desempenha um papel fundamental, uma vez que a dominação exercida pelos detentores desse capital não se circunscreve à estrutura económica mas tem marcada influência a nível político e ideológico.

Assim sendo, não nos devemos admirar com as manobras que, a todos os níveis são tentados e concretizadas com o objectivo de continuar a exploração das classes trabalhadoras.

Devem, portanto, os trabalhadores bancários estar atentos a todas essas manobras por forma a desmascará-las, venham de onde vierem, assumindo assim conscientemente uma posição clara ao lado da classe operária.

o que não se fez

A que é que se tem assistido até aqui?

. **À manutenção efectiva da capacidade de manobra e actuação dos bancos comerciais;**

. **A chamada «nacionalização» de algumas instituições bancárias, onde nada mudou;**

. **A um inexistente ou deficiente saneamento daqueles que no passado ou mesmo no presente continuam a entravar ou a impedir a tomada de justas posições.**

Com efeito, que meios foram até agora utilizados para «controlar» a Banca privada?

. Tudo o que o Governo fez foi nomear delegados do Banco de Portugal. Que fazem efectivamente esses delegados? Que actividades controlam? A quem prestam contas? Quem os controla?

. Quando se elucida o povo português das manobras perpretadas dentro dos Bancos? Até quando se continuará com a política do segredo, cumplice e criminoso?

. **Mas que outras coisas poderíamos esperar dos actuais responsáveis pela política bancária — ex-ministros, ex-secretários de Estado do tempo do fascismo ou simplesmente «ex-fascistas»?**

. Enquanto nós forçamos o seu saneamento, os corruptos e os fascistas, agora só «tecnocratas impolutos» — tentam aproveitar esse saneamento e conseguem pôr nos lugares vagos outros iguais aos anteriores.

Não nos iludamos com os capitalistas «democratas» porque eles não dormem mas tudo fazem para adormecer e distrair os trabalhadores que podem e querem fazer-lhes frente, dizendo NÃO à exploração, aos conluios e à conspiração.

Nós reconhecemos que só a nacionalização da Banca sob o efectivo controlo dos trabalhadores, que só o saneamento correcto e integral pode transformar minimamente a estrutura bancária desferindo desta forma um duro golpe no sistema de exploração capitalista.

..."em última instância"

Porque se a Banca corresponde, na actual fase do sistema capitalista português ao cerne do poder económico, este poder não se controla — ATACA-SE — através do desmantelamento efectivo dos seus pontos de apoio. Não há controlo possível do capital financeiro mantendo intacto aquilo que tem de essencial. Mas eis que surgem dois novos factos que irão afectar de imediato as classes trabalhadoras em geral, e, como tal, também os trabalhadores bancários. São esses factos **Programa de Política Económica e Social e Horário de Trabalho Nacional** — que se considera essencial que todos nós analisemos para que não sejam impostas medidas que a curto ou a longo prazo mais agravem a já difícil situação que o País atravessa.

Como é óbvio, o Programa Económico é o resultado das contradições existentes no seio do poder, é o resultado de todas as pressões que a burguesia e os imperialismos exerceram, e como tal, com ele se procurou que sejam os trabalhadores a suportar a maior parte dos sacrifícios para a reconstrução nacional.

Mas, como é necessário que os trabalhadores estejam dispostos a sacrifícios, afirma-se nesse Plano (pág. 11), que «este objectivo não será alcançado sem uma profunda e generalizada convicção por parte das classes trabalhadoras de que o fruto do seu trabalho e da sua dedicação reverterá **em última instância**, em seu próprio benefício».

Na verdade fala-se em **última** instância quando se deveria falar em **primeira** instância.

No que se refere ao sector financeiro, apenas se prevê o reforço dos meios de fiscalização dos bancos privados, admitindo-se a intervenção do Estado na gestão em casos de extrema gravidade, enquanto **no sector «nacionalizado» nada de concreto é adiantado** por forma a que se possa supor que se caminhará por uma via que não seja a de um capitalismo monopolista de Estado, onde a gestão burocratizada se mantém, onde tudo parece mudar para tudo ficar na mesma, onde se continuará a assistir aos favores e à protecção aos grupos e potentados económicos.

Quanto à questão do Horário de Trabalho Nacional ela é simples:

. — continuando a viver-se em economia capitalista.

— existindo mais de 200.000 desempregados

com que base é que se poderá admitir um aumento de tempo de trabalho?

. Para permitir aos detentores do capital financeiro aumentar os seus lucros e a sua dominação à custa dos trabalhadores bancários e dos restantes trabalhadores?

não é altura para hesitações

. O momento que passa é grave e todos nós devemos tomar posição. Não é altura para cómoda expectativa, deixando aos outros a possibilidade de manobrarem como pretendem.

O futuro é forjado conjugando esforços, denunciando fraudes e prepotências pondo-nos decididamente ao lado de todos os explorados e oprimidos contra todos aqueles que abertamente ou na sombra estão contra os justos interesses do Povo Português.

Não ao aumento do horário de trabalho.

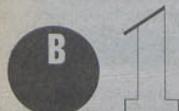
Por um efectivo e justo saneamento na Banca

Pela unidade dos trabalhadores contra as manobras do capital e dos seus agentes.

O capital não se controla — ATACA-SE!

Núcleo de intervenção dos Bancários do Movimento de Esquerda Socialista

---

criar o poder de escola
integrar o poder de escola
no poder operário e popular

ELEIÇÕES EM ECONÓMICAS

. Actualmente, o movimento estudantil em Portugal tem vindo a debater-se com a incapacidade de encontrar pontos concretos de ligação à luta dos explorados e oprimidos, em que assumindo inequívocas posições anticapitalistas desse contributo para a formação do bloco histórico que superará a sociedade burguesa.

Entre as querelas partidárias e as falsas questões em que se esvaiem grande parte das suas potencialidades, os estudantes têm-se caracterizado pela impossibilidade de proporem formas de intervenção actuantes na crise da sociedade portuguesa, ao lado das classes trabalhadoras.

Porém, a lista B candidata às eleições psra a direcção da A. E. do Instituto Superior de Economia avança alguns pontos programáticos que nos parecem susceptíveis de quebrar esse impasse.

Sob as palavras de ordem «criar o poder de escola» e «integrar o poder de escola no poder operário e popular» avança com um projecto em que chama a atenção dos estudantes e professores progressistas para a necessidade de participarem na formação de contrapoderes operários e populares, apontando que tal «terá de passar pela criação de um poder de escola que se integre no movimento de massas anticapitalista».

Transcrevemos algumas passagens desse programa que nos parecem ser mais significativas.

— PODER DE ESCOLA: O QUE É?

1. É a afirmação:

a) **No terreno ideológico** através de um controlo sobre a veiculação de ideologia burguesa nas matérias de estudo.

b) **No terreno político** (pela institucionalização de um tipo de ensino que objectivamente sirva os avanços da luta anticapitalista e seja um apoio concreto às lutas dos trabalhadores).

c) **No terreno organizativo** (unificando as estruturas progressistas de escola aos órgãos de contrapoder operário e popular — comissões de moradores, de trabalhadores, interempresas, concelhos de aldeias, concelhos de zona, etc.).

De uma prática anticapitalista por parte da escola, considerada como um todo hegemonizado pelos estudantes e professores verdadeiramente progressistas e revolucionários e que na especificidade da sua acção política saibam contribuir para os avanços do bloco histórico.

2. É simultaneamente um contrapoder dirigido contra o aparelho de Estado burguês na medida em que reduz os efeitos que a burguesia dela (escola) pretende retirar, e portanto uma forma específica de afrontamento anti-institucional pela via da ligação à classe operária e não pela contestação estéril e reformista face ao aparelho de Estado (o M. E. C. neste caso). É uma luta dirigida contra a recuperação da escola na perspectiva de rentabilização capitalista num momento de crise ideológica e institucional. É, portanto, um contrapoder na medida em que na prática diária e nos objectivos gerais cria condições para aprofundar em termos revolucionários a crise ideológica das classes dominantes.

3. O poder de escola não se baseia na análise de que os aparelhos de Estado se poderão alguma vez encontrar desligados em sentido absoluto da lógica e dos interesses da burguesia. Efectivamente, a escola é uma arma da organização burguesa da sociedade e nunca poderá ser uma «ilha» desligada dos conflitos de classe que se entrechocam ao nível mais geral. E daí que em termos dos interesses últimos da classe operária — a c[illegible]trução do socialismo em ordem a uma sociedade sem classe — à escola capitalista actual só existe uma laternativa possível — a sua destruição, pela construção dessa sociedade onde e trabalho manual não mais esteja separado do trabalho de estudo, de investigação, de criação.

COMO SE CRIA E FORTALECE?

. 1. O poder de escola assenta na ligação, em termos políticos, do quotidiano escolar com as temáticas de luta das classes trabalhadoras.

2. Cria-se e fortalece-se libertando o pensamento e iniciativa dos estudantes revolucionários e progressistas, no seus locais de trabalho (as turmas) com os seus instrumentos de trabalho (o plano de estudos).

Todo o movimento terá assim um objectivo: **a ligação da escola (estudantes e professores que representem os sectores politicamente mais avançados) à sociedade.**

Tudo isto terá de passar necessariamente pelo combate a:

. — todas as concepções e práticas cupulistas susceptíveis de desligar os órgãos de gestão da massa da escola, ou privilegiando-os enquanto expressão não de um poder de escola, mas de um poder sobre a escola.

— todas as concepções e práticas burocráticas tendentes a fazer das associações de estudantes expressões sindicais do Movimento Estudantil desligando-as efectivamente deste e retirando o verdadeiro controlo das bases.

— todas as concepções e práticas tendentes à existência de uma situação de confrontação permanente entre estudantes e docentes, como se a verdadeira luta ideológica não fosse constante entre as posições anticapitalistas e o discurso ideológico dominante, nas suas diversas facetas.

— todas as concepções e práticas crisistas tendentes a provocar confrontos estéreis entre os órgãos de gestão e a massa estudantil.

— todos os que sistematicamente recorrem não ao debate político mas à «boca», à provocação, à calúnia, expressões de total impotência política, bem como a todas as práticas sectárias venham donde vierem.

CRIAR O PODER NA BASE!

. CRIAR O PODER DE ESCOLA!

. POR UMA PRÁTICA ANTICAPITALISTA!

Teve lugar no sábado, dia 8, um Encontro Nacional de Professores, aberto não só a professores militantes, aderentes e simpatizantes do nosso movimento, como a todos os interessados na discussão de temas, como a função da escola, sindicalismo, situação política actual e sua incidência nas estratégias globais para os aparelhos escolares.

O Encontro, para o qual se inscreveram mais de 450 professores de todos os graus de ensino e de todos os pontos do País, foi organizado pelo Núcleo de Professores de Lisboa do M.E.S. Das 9 e 30 da manhã às 13 e 30 o Encontro decorreu no Instituto Superior de Economia, tendo-se os participantes, dividido numa primeira fase, por graus de ensino (Básico, Secundário e Superior) e, numa segunda fase, por grandes áreas de conhecimento (Línguas, Ciências Sociais, Ciências Exactas e Experimentais, Educação Fíisica e Visual). À tarde e à noite o encontro decorreu no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, com dois plenários, um sobre sindicalismo, outro sobre a situação política actual e seus reflexos ao nível do ensino. Por volta das 22 horas, realizou-se um plenário de encerramento com leitura dos relatórios das reuniões realizadas ao longo do dia e, por fim, interveio o camarada Ferro Rodrigues, em nome do Secretariado da Comissão Política Nacional do nosso Movimento.

Desenvolveu o Núcleo de Professores de Lisboa intensa actividade na preparação deste encontro, elaborando comunicações e teses que foram enviadas com antecedência a todos os preofessores inscritos e organizando uma antologia de textos relativa aos principais temas a debater na ordem de trabalho.

Todo o material do encontro, compreendendo não só os trabalhos preparatórios, como as conclusões aprovadas nas diversas secções e plenários serão objecto de uma próxima edição do M.E.S.

No plenário de encerramento, em que foi acentuada a finalidade essencialmente mobilizadora deste tipo de realizações no sentido do fortalecimento de um sindicalismo de massas numa linha combativa não reformista e do lançamento de contrapoderes efectivos ao nível dos aparelhos escolares, o camarada Ferro Rodrigues começou por saudar «todos os companheiros e camaradas que, vindos de várias regiões do País e de numerosas escolas «tinham ali estado reunidos afirmando em seguida:

«Quanto ao M.E.S. este Encontro Nacional de Professores é um momento importante de avanço na discussão da crise do capitalismo português e dos seus reflexos nos aparelhos escolares, e também sobre a forma como os professores progressistas e revolucionários devem intervir nos seus locais de trabalho no sentido de se colocarem ao serviço da luta dos trabalhadores, pela revolução socialista.

É necessário, com efeito, que os intelecutais revolucionários sirvam o avanço da luta do proletariado, colocando toda a sua disponibilidade e energia no sentido do favorecimento de objectivos importantes:

— a luta contra a ideologia dominante;

— a neutralização política dos defensores da reacção capitalista dentro das escolas;

— o impedir que a actual crise da escola capitalista em Portugal seja recuperada pela burguesia;

— o contribuir para que professores e estudantes seintegremnomovimentode massas anticapitalista, pela tomada de posições colectivas dentro e fora da escola que permitam uma ligação efectiva às lutas dos trabalhadores e à organização dessas lutas;

— o isolamento das posições reformistas e esquerdistas, que apesar de se degladiarem violentamente, em tantos casos, têm a mesma essência e a mesma perspectiva contra-revolucionária.

«Efectivamente, o reformismo, ao colocar, acima de tudo e qualquer objectivo, a pacificação e estabilização da escola e a criação de condições para a escola superar a crise, integrando-se na ideologia da «Reconstrução Nacional» capitalista, não favorece o avanço do processo revolucinário,. Mas, o esquerdismo, que utiliza a escola como campo privilegiado da sua actuação e de recrutamento dos seus quadros, não hesita em dar as mãos aos reaccionários mais descarados para provocações gratuitas e manobras de afrontamento sistemático com o Poder, utilizando reivindicações «barriguistas» ao nível de professores e estudantes, que apenas favorecem o pregressivo isolamento da escola em relação às lutas dos trabalhadores.

«Assim, dentro e fora da escola, a todos os níveis, há que combater e derrotar a reacção capitalista, o que não pode ser independente do isolamento das posições incorrectas que em nome do reformismo e do esquerdismo ou usando o verbalismo pseudo-revolucionário podem comprometer o avanço do Poder Operário e Popular, único caminho para a criação de condições favoráveis à libertação da classe operária.

Na actual fase da luta de classes, assiste-se a uma escalada da violência capitalista sobre o Povo Trabalhador, que vem pagando a crise do sitema à custa do redobrar da miséria e da exploração, havendo dezenas e dezenas de milhar de operários e assalariados rurais atingidos por despedimentos, enquanto o agravamento do custo de vida não cessa de escandalosamente se fazer sentir. Assim, e sob pena dos reaccionários poderem aproveitar esta situação e utilizarem o justo descontemento popular em seu benefício, a classe operária e os revolucionários devem tomar decididamente a iniciativa num largo movimento de massas anticapitasta, lutando e criando o poder operário e popular, de forma a que se dêem passos poderosos na organização das massas populares e na unificação e organização da vanguarda de classe capaz de conduzir o proletariado ao Poder.

A actual fase da luta política, em que se assiste ao reagrupar e reorganização das forças de direita dentro e fora das Forças Armadas, exige o desenvolvimento da ofensiva popular e a ultrapassagem das posições hesitantes e colaboracionaistas que no interior e no exterior do Poder Civil e Militar adoptam perspectivas liquidacionistas que podem conduzir o Povo Trabalhador a uma tragédia histórica.

«Num momento em que, à semelhança das semanas que preceram o 28 de Setembro, a reacção se organiza a todos os níveis, a polícia dispara sobre manifestantes antifascistas, e se desenham perspectivas extremamente perigosas em relação à reorganização do Aparelho Militar, só a mobilização dos trabalhadores e a sua aliança com os militares verdadeiramente empenhados em os servirem poderá barrar o caminho às manobras do capitalismo e do imperialismo.

Num momento em que se aproximam as eleições para a Constitutinte, onde a burguesia procurará recuperar o terreno político que perdeu nos últimos meses, há que organizar a presença revolucionária nesse processo de forma a que se retire qualquer significado a uma eventual vitória nas urnas das forças apostadas em recuperar a crise económica, política e ideológica da burguesia, à custa do Povo Trabalhador.

«Companheiros e camaradas:

«O trabalho que hoje iniciaram aqui terá de se fortalecer nas escolas onde militam, de forma a que se alargue cada vez mais o conjunto de professores dispostos a contribuirem para as vitórias da classe operária, pela liquidação de um sistema explorador, opressor e irracional.

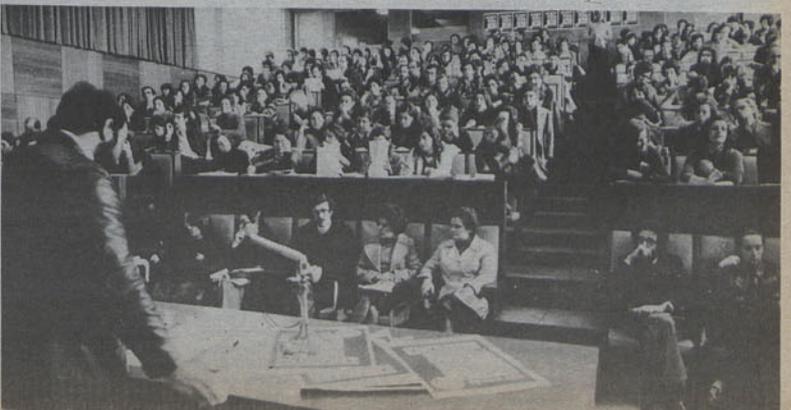
«Será o critério da prática que aferirá da justeza das conclusões a que se chegou neste dia de trabalho.

Combatamos a escola burguesa!

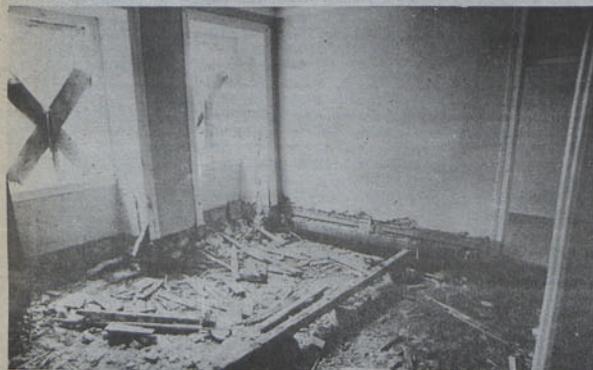
Combatamos a sociedade capitalista!

Viva a classe operária!

Viva a aliança da classe operária com os intelectuais revolucionários!

Pela Revolução Socialista, lutar, criar poder popular!

SENHORIOS DESTROEM CASAS! POPULAÇÃO MORA NA RUA?

Nas últimas semanas, principalmente em Lisboa e no Porto, a população trabalhadora que vive nas mais desesperadas condições de habitação, farta de promessas e procedendo de forma expontânea, tem ocupado as casas devolutas que em ambas as cidades constituem vários milhares.

A esta compreensível atitude de quem precisa de um teto com um mínimo de condições para si e para a sua família, responde a burguesia, a sua polícia e os seus órgãos de Informação com repressão e calúnias de toda a espécie. Desde gases lacrimogêneos e cacetadas, do insulto à provocação, todo um vasto arsenal de violência, que alguns julgavam banido, tem sido utilizado em larga escala para escorraçar os trabalhadores das habitações.

Enquanto os ocupantes são expulsos por pretenderem concretizar o justo direito à habitação os senhorios fazem chantagem e destroem as casas para não serem ocupadas. Vários senhorios mandaram arrancar os soalhos, as janelas, as portas, as sanitas as canalizações, as escadas e até os telhados. E isto passa-se em prédios em boas condições de habitabilidade, que estão, como de resto todos aqueles onde se registam ocupações, vagos há meses ou anos. Os senhorios podem impunemente manter desocupadas durante anos milhares de habitações, podem destruí-las até, mas os trabalhadores necessitados de casa são expulsos violentamente e caluniados!

Note-se que os ocupantes **não se recusam a pagar renda,** pretendem pagá-la de acordo com as suas possibilidades, pois não é com o ordenado mínimo de 3.300$00 que se podem pagar rendas de 4 ou 5 contos. Ou será que os ganham pouco são obrigados a viver ao ar livre?!

Esta iniciativa das ocupações deve-se à incapacidade das autoridades que além de não responderem aos legítimos anseios dos trabalhadores, não fazem leis que os defendam, mas sim leis que defendem os senhorios e outros parasitas (e nem essas eles cumprem!...)

A propaganda dos senhorios e restantes exploradores dos trabalhadores quer fazer crer que a maioria dos ocupantes são pessoas que não precisam de casa. Esses senhores — que vivem em casas luxuosas com todo o requinte — têm de ir uma temporada experimentar viver numa barraca para verem se quem lá vive precisa ou não de casa. Se pode ter havido um ou outro caso de oportunismo ou de ocupações falhadas isso tem de se atribuir ao carácter expontâneo das ocupações que não permitiu um aproveitamento correcto de todas as potencialidades de luta neste campo. O expontâneismo de que enferma esta acção é compreensível na fase actual da luta, mas os trabalhadores, que não têm como a burguesia técnicos e organismos para os servir, já deram sobejas provas de capacidade de organização e também nesta situação saberão avançar e resolver eles próprios os seus porblemas.

Face a esta situação o M.E.S. solidariza-se activamente com os ocupantes e exige:

1. Não interferência da polícia, COPCON, etc., nos prédios ocupados ou a ocupar;

2. Que os ocupantes e restantes moradores, organizados autonomamente, controlem todo o processo de ocupação e atrubuição de casas, sendo eles a decidir os possíveis casos de ocupações indevidas;

3. Saída urgente de legislação que garanta as ocupações já efectuadas, excptuando os casos que as comissões de ocupantes venham a considerar ocupações indevidas; legislação que garanta ainda a ocupação das casas que se encontram vagas e o controlo da ocupação por parte das comissões criadas pelos interessados;

4. Que sejam castigados os responsáveis da P.S.P. pela agressão aos ocupantes e restante população;

5. Que os senhorios, sejam obrigados a reparar as casas que mandaram destruir; que os senhorios sejam castigados pelo prejuízo que causaram à comunidade, podendo esse castigo ir até à expropriação.

O M.E.S. entende que é chegada a altura de as forças do M.F.A. que dizem querer pôr-se ao lados dos trabalhadores e de todos os explorados o demonstrarem na prática — apoiem a luta dos desalojados pelo direito à habitação!

Mas, com ou sem apoios, têm de ser os trabalhadores, principais interessados, a organizarem-se e a tomarem a iniciativa.

Não se pode aceitar que os trabalhadores, que tudo produzem, vivam na miséria, enquanto que os capitalistas que os exploram vivem à grande!

Não se pode aceitar que haja tanta falta de casas e as empresas de construção civil despeçam pessoal com pretexto de falta de trabalho Aos capitalistas só interessa produzir o que lhes dê altos lucros e nãc aquilo que satisfaz as necessidades dos trabalhadores.

É por isso que todos os problemas dos trabalhadores só poderão ser definitiva e totalmente resolvidos a partir da sociedade socialista, aquela em que o poder pertença à maioria da população, os trabalhadores, com a classe operária na vanguarda, impondo democracia para as classes trabalhadoras e ditadura para os que as oprimem — os capitalistas — através da ditadura do proletariado.

Até lá os trabalhadores têm de lutar por todas as formas e com toda a decisão contra a exploração, obtendo vitórias que reforçem a sua organização e consicência de classe.

O M:E.S. considera que é na prática, em situações como a presente, que os trabalhadores vão distinguindo os seus verdadeiros e falsos amigos.

Veja-se a posição das organizações democrático-burguesas que ignoram ou condenam lutas dos trabalhadores por causa de hipotéticos excessos que põem em perigo as «liberdades democráticas». As liberdades que esses senhores burgueses têm medo de perder é a liberdade de continuarem a explorar.

Por outro lado, as organizações reformistas, que dizem defender os interesses dos trabalhadores, mas que se preocupam sobretudo em agradar à pequena e média burguesia, mais uma vez se recusaram a apoiar a luta dos explorados pondo ao serviço as poderosas máquinas burocráticas de que dispõem. Com estas concialiações vão permitindo que a burguesia recupere o que com tanto esforço foi conquistado pelos trabalhadores depois do 25 de Abril. Entretanto fazem nas suas costas acordos de gabinete em que pretendem decidir dos destinos daqueles que nem sequer se preocupam em ouvir.

O M.E.S. defende que têm de ser os moradores a organizar-se autonomamente sem controlo de organizações partidárias ou administrativas. Se isto não acontecer, os trabalhadores correm o risco de serem utilizados e manobrados como simples peões em jogadas que não lhe dizem respeito e só podem dividi-los.

O M.E.S. defende que os moradores têm de se organizar democraticamente em Comissões verdadeiramente representativas da população de cada zona.

O M.E.S. apoia a justa luta dos trabalhadores pelo direito à habitação.

Em frente na luta pelo direito à habitação!

Abaixo a exploração capitalista!

Avante pelo socialismo!

Alcarraques: medidas urgentes

O lugar de Alcarraques, no concelho de Coimbra, como muitos outros carecido das mais elementares condições de habitabilidade.

Recentemente reunida, a assembleia de moradores deste lugar aprovou o texto que a seguir reproduzimos e onde se sintetizam os problemas considerados de solução mais premente para benefício dos habitantes do lugar.

1.º — O abastecimento de água, parece-nos pródigo em mananciais, pelo que se encontra desviado da sua linha mais aconselhavel que satisfaça os desejos habitacionais do lugar, cuja orientação nos é alheia a menos que nela tenha havido interferência de interesse pessoal, em prejuízo daqueles que ainda se encontram desviados de auferir tal benefício.

2.º — As carreiras dos transportes colectivos que servem a zona em questão, não servem de modo algum os mais necessitados, pois parece-nos que, quando da elaboração dos seus horários, estes foram feitos para beneficiar aqueles que menos responsabilidades têm nos seus horários de entrada nas diversas profissões. Pede-se, pois uma revisão a tal situação que não agrada de modo algum àqueles que dessas carreiras têm necessidade de se servirem. Sobre este malfadado assunto, já tiveram os moradores deste lugar ocasião de expôr o caso a quem de direito e de interferência no caso, através de uma abaixo assinado com data de 14/8/73, do qual, ainda não se obteu qualquer satisfação.

3.º — Quanto a arruamentos, parecem-nos insuficientes as palavras em mente para dar a conhecer as precárias condições em que se encontram, e, para se fazer um juízo mais próximo da realidade, aconselha-se a alguém interessado a fazer um pequeno percurso pelas vias do lugar, reservando-nos assim os comentários que teriamos aqui de ventilar, já que as dificuldades de acesso, ficarão desde logo ajuizadas ao primeiro ressalto de vista.

4.º — As condições de iluminação encontram-se também dentro do mesmo prisma deficiente, pelo que se aconselha uma observação directa para que a nossa opinião não seja considerada suspeita, mas, mesmo assim se afirma a insuficiência de lampadas e as poucas que formam o conjunto de iluminação, são de voltagem inacreditável para um lugar como o que está em causa.

5.º — Quanto ao recinto escolar, também temos uma palavra a dizer, pois que não nos parece de justiça, que o mesmo dê lugar a uma exploração agrícola em desvantagem do recreio das crianças, pois estas, na falta daquele recinto, se vêm na forçada contingência, atendendo a sua irreverência, de ocupar as estradas públicas para seu recreio, sem atentar os perigos iminentes da circulação de veículos. Pergunta-se... Porque não eliminar as árvores do recinto, sendo este ornamentado em condições aconselhaveis para recreio absolutamente justo dos alunos da escola?

Inter-comissões

Realizou-se no sábado dia 8 na Quinta da Calçada, uma reunião da Inter-comissões de moradores de bairros degradados de Lisboa, estando 19 Comissões de Moradores presentes.

— **Assuntos debatidos:**

— objectivos da Intercomissões — esclarecimento às Comissões presentes pela primeira vez.

— uma delegação dos ocupantes das casas de Campo de Ourique leu o comunicado à população em que estes pedem a satisfação das suas justas reivindicações e também a punição dos responsáveis pela destruição das casas, bem como dos comandos da P.S.P. que comandavam as operações repressivas.

— foram feitas criticas às **BAL,** e falou-se de um caso importante: na Quinta Grande, em que a esmagadora maioria da população aprovou o caderno reivindicativo, conseguiram numa reunião com a **EPUL,** através da firme posição da Comissão de Moradores, a satisfação de reivindicações importantes.

— fez-se um balanço da discussão do **Caderno Reinvindicativo,** pelas populações nos vários bairros.

Notou-se firme determinação nas Comissões de Moradores presentes em avançar com o Caderno Reivindicativo e não embarcar em mais promessas pois as populações estão fartas.

Depois de debatido e aprovado o Caderno Reivindicativo foi aprovado marcar uma entrevista de uma delegação da Intercomissões com o primeiro ministro, a quem será entregue o Caderno Reivindicativo.

— a Intercomissões reune no próximo sábado — dia 15 — para decidir das formas de luta e mais ampla divulgação do Caderno Reivindicativo, às populações interessadas.

CASCAIS: populares em acção

Cascais, praia «chic» de Lisboa, turismo para ricos. Eis uma zona construída, pensada, para servir de estância de férias à alta burguesia, portuguesa e estrangeira. Pululam os hotéis de muitas estrelas, espampanantes à americana, recatados à inglesa, restaurantes bares e «boites» onde a burguesia gasta o dinheiro que lhe não faz falta.

Em Cascais «pousam» todo o ano, ou apenas parte, muitos dos que se serviram do fascismo ou que à sua sombra construíram agradáveis existências. Vários são os bairros de moradias, ou de prédios de apartamentos onde estas «elites do dinheiro» se albergam gozando o bom clima, a praia, os desportos, etc.

Cascais, eis uma terra que se poderia dizer não ter razões para estar satisfeita com o 25 de Abril...

Mas nem tudo é burguesia, nem tudo é riqueza e luz nesta terra.

Escondidos da vista dos turistas, afastados da praia e das belas paisagens da costa, lá estão os bairros pobres daqueles que trabalham nos hotéis dos ricos, nos restaurantes e nas «boites», nas fábricas, na pesca e outras empresas onde diariamente se produz a riqueza que é gasta «naquelas doces paragens».

Assim, também neste feudo do capital, os trabalhadores começam a organizar-se. Estivemos no bairro económico da Caixa de Previdência onde os moradores, depois de algumas reuniões em que discutiram os seus problemas e elegeram uma comissão representativa, decidiram entrar em acção: em frente das suas casas existe desde sempre, um amplo largo que está a monte, tipo lixeira, (contrasta aliás, este abandono com o apuro reinante no elegante bairro do Rosário que lhe fica vizinho).

Requerimentos à Câmara para o ajardinamento e criação de um parque infantil, não adiantavam. Os moradores vieram para a rua, novos e velhos, de pás e picaretas, e meteram mãos à obra.

— Além de nos trazer um benefício importante, esta iniciativa tem a vantagem de ficarmos a conhecer-mo-nos uns aos outros; vivo aqui há anos e não conhecia grande parte dos vizinhos, afirmava um dos atarefados moradores.

— Temos de nos reunir logo e decidir a melhor maneira de organizar isto, afirmava outro.

Se cada morador der cinquenta escudos arranjamos dinheiro para comprar baloiços e um escorrega.

Mas quem tinha obrigação de nos ajudar era a Câmara que nunca se preocupou.

— Se nos fornecessem um eléctrico velho montávamos uma biblioteca, dizia outro.

Assim nasceu hoje um parque de jogos; amanhã será... o que os moradores decidirem! A discussão em comum pelos trabalhadores dos seus problemas, a realização de tarefas por eles decididas, são as condições fundamentais que permitirão uma progressiva compreensão da desorganização capitalista em que vivemos e da maneira de lhe pôr cobro.

Entretanto também em Cascais a Parada, clube da grande burguesia local, de encontros suspeitos, sempre interdito aos trabalhadores, foi tomado por um grupo de trabalhadores de Cascais para futura transformação em infantário popular.

A união entre os ocupantes, a vigilância firme das dezenas de trabalhadores que se lhes juntaram, o apoio total dos soldados e oficiais do quartel de Cascais que tinham recebido a princípio ordens de «limpar» a Parada, mais do que todos os apoios formais que possam aparecer, são pilares indestrutíveis da fortaleza que levará à vitória da ocupação, num clima em que os fascistas abundam e tentam recuperar o «seu» clube.

À noite foi aprovado um voto de confiança à comissão de ocupantes, que ficou encarregada de elaborar os estatutos (os quais serão postos à votação no próximo domingo) e de organizar a eleição de uma comissão de gestão em que estarão representados os órgãos de poder popular da região (comissões de moradores, colectividades) que gerirão assim o infantário.

O M. E. S. apoia firmemente esta acção exemplar que é uma forma de luta e de criação de poder popular!

Núcleo de Cascais do M. E. S

Comite português de solidariedade com a Galiza

O Comité Português de Solidariedade com a Galiza em formação pede-nos para divulgar o seguinte texto:

«Aos democratas e lutadores do povo português»

Os abaixos assinados dirigem-se a vós convencidos de que a nossa justa luta contará com a vossa solidariedade.

Uma vez mais o povo galego vai ser vítima da rapacidade, irracionalidade e esmagamento por parte do capital monopolista espanhol.

1. A empresa «Celuloses de Guipúzcoa» tem o projecto de instalar uma fábrica de celulose e papel em Orense (no concelho de Toeu) na margem do rio Minho.

2. Esta fábrica vai aproveitar-se da riqueza florestal galega e dos salários que se pagam aos trabalhadores galegos devido à nossa situação colonial, causa da emigração.

3. De resto a pasta e o papel fabricado irão para fora da Galiza para sofrer os processos de transformação e acabamento, o que pressupõe uma sangria de matérias-primas semi-elaboradas, e um motivo mais de criação de postos de trabalho fora da Galiza, com a consequente influência no processo emigratório dos Galegos em busca de trabalho.

4. O povo galego já tem demonstrado o seu desacordo com a instalação da fábrica e em especial o povo da zona onde, segundo o projecto, esta vai ser instalada.

5. Por outro lado o povo está consciente da degradação do meio ambiente que a fábrica vai trazer consigo, devido aos gazes e às águas residuais que vai soltar.

6. Este último ponto é o que nos leva a pedir a vossa solidariedade já que as águas residuais irão parar ao rio Minho que a uns 50 km do possível ponto de instalação da fábrica, começa a ser fronteira entre a Galiza e Portugal. Daí que a contaminação das águas do Minho pelos resíduos poluentes afecte do mesmo modo a margem galega e portuguesa.

Aguardamos a vossa solidariedade nesta luta por um problema que afecta directamente os nossos dois povos.»

A MULHER NA REVOLUÇÃO

Continuação da pág. 1

morreram num esforço revolucionário levado até ao fim.

Não pode o Movimento de Esquerda Socialista deixar passar em claro o significado exemplar duma etapa de luta, luta que é a de todos os explorados e oprimidos do Mundo.

Assim e apesar da dificuldade em falar no papel da Mulher na luta revolucionária que hoje se trava em Portugal, consideramos que é talvez o momento oportuno de abordar o problema.

Para fazer a abordagem da questão em termos correctos é antes de mais necessário considerar que a luta pela emancipação da mulher tem razão de existir quando inserida na luta travada pelas classes trabalhadoras pela sua própria emancipação.

Luta essa que tem como objectivo a destruição da sociedade capitalista, burguesa, reaccionária, e tradicional que conservava e conserva as mulheres na total dependência dos homens, privadas de qualquer iniciativa, sem participação na vida da comunidade, totalmente alienadas do desenrolar do processo histórico social e político do seu país tendo como únicas atribuições produzir filhos e cuidar da casa.

Produzir filhos muitas vezes sem fazer amor, produzir filhos para os empilhar como fardos em compartimentos exíguos, produzir filhos sem os poder criar nem educar, produzir filhos até à exaustão ou então fazendo sucessivos abortos, destruindo a saúde e por vezes a vida, para tentar pôr termo a uma situação que o escasso orçamento familiar já não consegue comportar.

Inventando paliativos para resolver problemas irresolúveis, tais como comida, roupa, condições mínimas de higiene e saúde para toda a família, tornando-se enfim um instrumento de trabalho mais explorado que o homem.

Mais explorado ainda se a todo o quotidiano atrás referido se acrescentar o trabalho na fábrica, no campo, em casa ou em casa alheia para com a sua remuneração complementar tentar equilibrar uma situação insustentável.

Assim e considerando que existe de facto um «problema mulher» que tem de ser enfrentado e perspectivado politicamente dentro duma linha claramente definida e traçada por uma organização revolucionária que, assumindo a totalidade dos interesses das massas populares exploradas as conduza na luta contra a sociedade que as explora. Só este tipo de organização está em condições de fornecer uma estratégia global de luta.

Isto significa necessariamente que a mulher para se libertar e emancipar deve assumir um comprometimento político consciente e consequente.

Mas sejamos claros neste ponto: a contradição antagónica não é entre a mulher e o homem, mas sim entre a mulher e a ordem social, entre todos os explorados, mulheres e homens, e a ordem social. É esta situação de explorada que explica a sua ausência de todas as tarefas de concepção e decisão no seio da sociedade, que a exclui da elaboração das concepções que organizam a vida económica, social, cultural e política, mesmo quando os seus interesses estão directamente afectados.

É este o aspecto principal da contradição: a sua exclusão da esfera de decisão da sociedade. Esta contradição só pode ser resolvida pela Revolução porque só a Revolução destrói os alicerces da sociedade exploradora e reconstrói a sociedade em bases novas, que libertam a iniciativa da mulher, a integram como ser responsável na sociedade e a associam à elaboração das decisoões.

Importa sublinhar este aspecto porque na nossa época presenciamos, sobretudo no mundo capitalista, uma ofensiva ideológica que, sob a camuflagem de luta de libertação da mulher, pretende transformar em antagónica a contradição com o homem, dividindo assim homens e mulheres — explorados — para impedir que combatam a sociedade exploradora. Na realidade, para além da demagogia que encobre a sua natureza real, esta ofensiva ideológica é uma ofensiva da sociedade capitalista para confundir as mulheres, desviar a sua atenção do alvo verdadeiro.

(Samora Machel)

Há pois que perspectivar correctamente o problema: a emancipação da mulher é uma das fases da conquista do poder pelo proletariado. Fase que a ser neste momento descurada atrasará o processo revolucionário que em Portugal atravessa uma fase decisiva.

Na luta contra o inimigo comum — O CAPITALISMO — homens e mulheres terão de travar juntos os mesmos combates.

UNIDOS VENCEREMOS!

OS PREÇOS SOBEM — QUEREMOS AUMENTO!
NÃO PODE SER — TEMOS QUE APERTAR O CINTO. PARA RECONSTRUIR O PAÍS
— QUEREMOS 40 HORAS!
— NÃO PODE SER TEMOS TODOS TRABALHAR MAIS
TODOS? COM OS 200.000 DESEMPREGADOS QUE QUEREM TRABALHO?!
RUA!
MANIFESTAÇÃO
SIM — TODOS 'A RUA EM LUTA CONTRA OS DESPEDIMENTOS! — CONTRA O HORÁRIO DE TRABALHO NACIONAL! POR UMA ECONOMIA AO SERVIÇO DOS TRABALHADORES!
PARQUE ED. VII 15 MARÇO 16 H.
SINDICATO DOS TRABALHADORES DOS TEXTEIS DE LISBOA, LANIFÍCIOS E VESTUÁRIOS DO SUL

MES

ENCONTRO DE TRABALHADORES DA REGIÃO DE LISBOA

1

Luta contra despedimentos e desemprego

1. PORQUE É QUE OS PATRÕES FAZEM DESPEDIMENTOS?

Os patrões fecham as fábricas e despedem, porque evidentemente, defendem os seus interesses não se importando nada com o facto de espezinharem os direitos dos trabalhadores.

Podemos distinguir, no entanto, três situações diferentes que levam aos despedimentos e encerramentos.

a) Empresas que só podiam sobreviver à custa de salários de fome, que eram mantidos à custa da repressão brutal sobre os trabalhadores, que o fascismo permitia, e que agora com um ligeiro aumento vão à falência.

b) Empresas de capital estrangeiro, que vieram para Portugal apenas explorar a mão de obra barata. Com a luta travada após o 25 de Abril pelos trabalhadores e os aumentos salariais conseguidos essas empresas deixam de estar interessadas em continuar cá e vão montar outras fábricas em países mais repressivos que Portugal. No caso da Signetcs, por exemplo, houve admissão de pessoal mesmo após o 25 de Abril. No entanto, mal saiu o novo contrato de trabalho do Material Eléctrico iniciam-se as tentativas de despedimentos.

c) Empresas com rentabilidade, mas que ameaçam fechar para obterem subsídios governamentais, que só servem para lhes aumentar os lucros, ou que despedem alguns trabalhadores e aumentando as horas, ritmos e cargos de trabalho vão conseguir recuperar os aumentos salariais conquistados.

2 — PORQUE É QUE EXISTEM MAIS DE 200 000 DESEMPREGADOS?

Os despedimentos e o desemprego são características de qualquer sociedade capitalista.

Eles mostram bem a irracionalidade da organização capitalista da produção, já que numa sociedade onde a maior parte das necessidades não são satisfeitas, não há lugar para milhares de trabalhadores.

Os despedimentos e o desemprego já existiam de forma significativa antes do 25 de Abril.

É significativo o facto de na Emofil antes do 25 de Abril, haver uma rotatividade anual do pessoal de cerca de 40 por cento, processo utilizado na I. T. T., Standart e Automática Eléctrica entre outros, que prova a existência de um número elevado de desempregа-

dos, para além dos soldados e emigrantes.

Após o 25 de Abril, com o fim da guerra colonial e o retorno dos emigrantes, vitimas da crise do capitalismo internacional, com a incapacidade da burguesia dar resposta às reivindicações dos trabalhadores e a necessidade de reconversão da economia que se traduz numa maior introdução de maquinaria, de falências, etc, em conjunto com os factos atrás apontados leva neste momento a haver 200 000 desempregados, com tendência a aumentar, se não forem atacados os centros fundamentais do poder económico, evitando-se a reconversão capitalista e obrigando os capitalistas a pagar a crise por eles provocada.

Em resumo, existem despedimentos e desemprego porque quem ganha com eles são os patrões, já que:

. — vão recuperar os aumentos salariais e portanto manter ou aumentar os seus lucros.

— Passam a dispôr de um exército de reserva que lhes permite impor salários mais baixos.

— Vão fazer chantagem com o desemprego para amedrontar os trabalhadores e porarizar as suas lutas.

3 — QUEM É MAIS AFECTADO PELO DESEMPREGO

Os sectores mais atingidos pelos despedimentos são os Texteis e Vestuário, a Construção Civil, os Metalomecânicos, a Electrónica e os Caixeiros.

Tanto os Texteis e Vestuário, Electrónica e também em porte os Caixeiros, utilizavam a mão-de-obra feminina jovem em grande quantidade por três razões fundamentais:

. — Os salários eram antes do 25 de Abril bastante inferiores aos dos homens, verificando-se assim uma sobreexploração do trabalho feminino.

Depois do 25 de Abril a situação manteve-se em grande parte dos casos, apesar de lutas importantes se terem travado por salário igual para trabalho igual.

— Devido à situação da mulher trabalhadora em Portugal, e não só, determinadas tarefas, como as realizadas no material eléctrico, eram-lhe reservados.

— O trabalho executado exigia da parte dos trabalhadores um bom estado de saúde.

No material eléctrico, ainda, ao fim de quatro ou cinco anos de actividade fica-se inutilizado da vista, e numa posição secundária no mercado de trabalho capitalista.

Isto significa que fossem os operários jovens durante atingidos pelos despedimentos, apesar de na construção civil e metalomecânica (mão-de-obra masculina) fossem atingidos de uma forma generalizada jovens ou não, particularmente os de idade superior a 20 anos, já que abaixo desta idade não existe a obrigatoriedade do salário minimo nacional.

4 — QUEM TEM FEITO MAIS DESPEDIMENTOS

. As pequenas e médias empresas, sem capacidade para se adaptarem a uma situação em que os trabalhadores avançam para lutas por melhorias de salários e condições de trabalho, sem terem em contrapartida uma máquina estatal e policial repressiva, abrem generalizadamente falência lançando no desemprego milhares de trabalhadores.

A este factor também se toma necessário juntar o boicote ao crédito, executado pelos grupos económicos detentores dos bancos, no sentido de reforçarem as suas posições de controlo e instrumentalizarem uma determinada situação política assim criada, em seu favor.

É de realçar no entanto que os proprietários dessas empresas raramente ficam falidos de facto, visto que durante todo o período em que exploraram desenfreadamente os trabalhadores retiraram os lucros das empresas em seu proveito, não investindo nem se adaptando a novos processos de produção.

Estes factos, aliados à fraca experiência de luta em largos sectores da classe operária, levam pois a concluir que das empresas nacionais os pequenos e médios são os grandes causadores do número de despedimentos verificados.

Nas grandes empresas nacionais, o facto importante a realçar é a resistência exemplar aos despedimentos levada a cabo pelos operários dessas empresas, muitos deles com largas tradições de luta durante o fascismo, que motivou, pelas informações disponíveis, um contributo menor nos despedimentos efectuados.

O sector de empresas estrangeiras, também contribuiu em larga escala para o desemprego generalizado, devido à forma como e porquê estavam implantadas em Portugal:

. — Vantagens fiscais não igualadas em outras partes do mundo, e facilidades de toda a ordem, devido à dependência do regime salazarista-caetanista do capitalismo internacional.

— exploração desenfreada de uma mão-de-obra barata e dócil.

A partir do momento em que partes destas condições desapareceram devido à luta dos trabalhadores, elas aí vão de malas aviadas explorar trabalhadores de outras partes em situação política e social mais desfavoráveis.

5 — COMO SE LUTA CONTRA OS DESPEDIMENTOS

A luta contra os despedimentos exige formas de organização da classe operária nos locais de trabalho, nas zonas de concentração industrial, em sectores de actividade onde a luta pode ser avançada de formas idênticas, que ultrapassam o campo da organização sindical, e que se pode concretizar a partir das Comissões de Trabalhadores, Concelhos de Zona e mesmo Comissões Inter-Grupos Económicos (neste momento existe para o Grupo Borges e está a ser lançada na I. T. T.).

A luta em torno de questões como a do horário de trabalho, horas extraordinárias, ritmos e cargos de trabalho, tem de ser encarada como decisiva no combate à exploração capitalista no seu todo, e neste caso, de combate aos despedimentos:

. — Se existem mais de 200 000 desempregados

— Se os patrões pretendem aumentar o horário de trabalho;

. — Se pretendem que os trabalhadores façam horas extraordinárias

— Se pretendem aumentar os ritmos e cargos de trabalho

Isto significa que o trabalho existente poderia ser produzido por um número muito maior de trabalhadores do que o actual, donde não se justificarem despedimentos, nem 200 000 desempregados.

A única solução que interessa à classe operária é trabalhar menos para haver mais emprego.

A única solução que interessa à classe operária é obrigar a pagar a crise àqueles que a provocaram — os capitalistas.

É dentro desta perspectiva que se tem de encarar a luta contra o horário nacional que pretende estabelecer as 45 horas semanais.

Estabelecer um horário que ultrapassa lutas exemplares que milhares de trabalhadores levaram por diante para reduzirem o número de horas semanais, quando em contrapartida não se respondem a questões decisivas como são os despedimentos e desemprego, é objectivamente jogar a favor do patronato, jogar na reconversão da economia capitalista à custa dos trabalhadores.

Os trabalhadores saberão trabalhar as horas necessárias quando o produto do seu trabalho não contribuir para encher os bolsos aos capitalistas e para a manutenção da sua exploração.

Aos argumentos de que as empresas não têm dinheiro, que para não fecharem são necessários despedimentos, terão os trabalhadores de responder com a fixação do salário máximo, indo buscar o dinheiro a quem sempre o recebeu à custa de quem trabalha; têm de responder com a diminuição do leque salarial, factor de divisão da classe operária, diminuindo assim os privilégios de uns tantos e criando condições mais favoráveis à maioria; têm de lutar pela eliminação de toda uma série de despesas inúteis (gastos em benefício dos patrões e seus lacaios) que podem ser utilizados em benefício tanto dos trabalhadores da empresa, como até na criação de novos postos de trabalho.

Todos estes pontos têm de ser encarados em conjunto, englobados na luta que se torna necessário desenvolver contra os despedimentos e o desemprego, parte de toda uma luta mais geral contra a exploração capitalista, que tem como centro fundamental a fábrica, mas que se estende a todos os campos da sociedade.

Como se afirmou, a organização dos trabalhadores em comissões de trabalhadores nos locais de trabalho ou em comissões inter-grupo, são factores indispensáveis para se levarem para a frente lutas em torno dos pontos apontados.

Não se pode desprezar no entanto a organização sindical, as comissões de delegados sindicais, e a luta sindical, de uma maneira geral, já que através dos Contratos de Trabalho se pode igualmente lutar de forma eficaz contra os despedimentos, como tem acontecido em alguns casos, ao serem proibidos tanto os despedimentos

. — Se existem mais de 200 000 desempregados

— Se os patrões pretendem aumentar o horário de trabalho;

. — Se pretendem que os trabalhadores façam horas extraordinárias

— Se pretendem aumentar os ritmos e cargos de trabalho

Isto significa que o trabalho existente poderia ser produzido por um número muito maior de trabalhadores do que o actual, donde não se justificarem despedimentos, nem 200 000 desempregados.

A única solução que interessa à classe operária é trabalhar menos para haver mais emprego.

A única solução que interessa à classe operária é obrigar a pagar a crise àqueles que a provocaram — os capitalistas.

É dentro desta perspectiva que se tem de encarar a luta contra o horário nacional que pretende estabelecer as 45 horas semanais.

Estabelecer um horário que ultrapassa lutas exemplares que milhares de trabalhadores levaram por diante para reduzirem o número de horas semanais, quando em contrapartida não se respondem a questões decisivas como são os despedimentos e desemprego, é objectivamente jogar a favor do patronato, jogar na reconversão da economia capitalista à custa dos trabalhadores.

Os trabalhadores saberão trabalhar as horas necessárias quando o produto do seu trabalho não contribuir para encher os bolsos aos capitalistas e para a manutenção da sua exploração.

Aos argumentos de que as empresas não têm dinheiro, que para não fecharem são necessários despedimentos, terão os trabalhadores de responder com a fixação do salário máximo, indo buscar o dinheiro a quem sempre o recebeu à custa de quem trabalha; têm de responder com a diminuição do leque salarial, factor de divisão da classe operária, diminuindo assim os privilégios de uns tantos e criando condições mais favoráveis à maioria; têm de lutar pela eliminação de toda uma série de despesas inúteis (gastos em benefício dos patrões e seus lacaios) que podem ser utilizados em benefício tanto dos trabalhadores da empresa, como até na criação de novos postos de trabalho.

Todos estes pontos têm de ser encarados em conjunto, englobados na luta que se torna necessário desenvolver contra os despedimentos e o desemprego, parte de toda uma luta mais geral contra a exploração capitalista, que tem como centro fundamental a fábrica, mas que se estende a todos os campos da sociedade.

Como se afirmou, a organização dos trabalhadores em comissões de trabalhadores nos locais de trabalho ou em comissões inter-grupo, são factores indispensáveis para se levarem para a frente lutas em torno dos pontos apontados.

Não se pode desprezar no entanto a organização sindical, as comissões de delegados sindicais, e a luta sindical, de uma maneira geral, já que através dos Contratos de Trabalho se pode igualmente lutar de forma eficaz contra os despedimentos, como tem acontecido em alguns casos, ao serem proibidos tanto os despedimentos sem justa causa como os despedimentos colectivos, armas de que os patrões se servem para dividir e atemorizar as movimentações que os trabalhadores desenvolvem e todos aqueles que nessas lutas se mostram mais activos e esclarecidos.

6. COMO SE LUTA CONTRA OS ENCERRAMENTOS

Da análise que se fez dos despedimentos e do desemprego verificados após o 25 de Abril, ressaltam as manobras diversas que o patronato utiliza para levar as empresas a situações económicas catastróficas.

Desde desvios de fundos das empresas para os mais diversos fins, compra de matéria-prima em grande quantidade, boicotando ao mesmo tempo a saída de mercadorias, (Ex. Eurofil).

. Até desviar a produção para fábricas irmãs em outros países (Ex: I.T.T., A.E.P.), tudo serve aos capitalistas para sabotarem os avanços que os trabalhadores, e a sua vanguarda, a classe operária, aliados aos sectores progressistas do M. F. A., têm conquistado desde o 25 de Abril.

Perante esta ofensiva generalizada do patronato e seus aliados, a classe operária tem em muitos casos sabido responder a estas manobras.

Tem conseguido montar com o auxílio de todos os sectores de uma empresa (escritórios, contabilidade, produção) serviços de vigilância às actividades das administrações, recorrendo a empresas do mesmo grupo e aos trabalhadores bancários, que se encontram no coração das sabotagens económicas praticadas.

Tem criado na prática de luta, a solidariedade com todos os camaradas explorados e oprimidos.

Tem feito avançar a organização e consciência da classe operária ao avançar para formas de luta exemplares como são as ocupações das empresas.

Esta forma de luta avançada e exemplar tem de ser encarada cada vez mais de uma maneira ofensiva.

Tem cada vez mais de deixar de ser uma forma de defesa contra o capital para passar a ser uma arma de ataque frontal ao capitalismo.

A ocupação, significando a retirada do âmbito do capital de todo um conjunto de meios utilizados na produção (máquinas, matérias-primas, força de trabalho) tem de ser encarada como forma de luta prioritária a ser utilizada de uma forma cada vez mais generalizada.

Tem de ser acompanhada de exigências ao poder político, que não podem ficar na mera substituição de uma administração particular por uma estatal.

A orientação da gestão e produção de uma empresa ocupada, e posteriormente nacionalizada, tem de ser controlada pelos órgãos de massas da classe operária: As **comissões de trabalhadores.**

Não podem no entanto os trabalhadores cair na armadilha da cogestão.

Só quando a classe operária e seus aliados na luta tiverem o poder político, o poder económico, e dominarem as classes inimigas, poderão administrar a produção e orientá-la para a satisfação das necessidades do povo trabalhador. Enquanto o capitalismo não tiver sido derrubado, não podem os trabalhadores, a classe operária, participar na gestão capitalista da produção.

Tem a classe operária de avançar para formas de organização que saltem os muros da fábrica. Em zonas industriais, com lutas avançadas, têm de construir **comissões operárias de zona,** embriões do Poder Operário e Popular que controle toda a actividade, não só produtiva, mas também local (transportes, habitação, saúde, etc) formados pelas **comissões de trabalhadores e de moradores dessas zonas.**

CONCLUSÃO

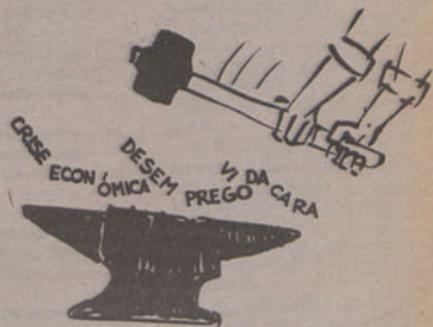
Face a todos os pontos tratados neste texto, torna-se imperioso por parte do Governo Provisório e do M. F. A. a aplicação de medidas na defesa dos interesses dos trabalhadores e que contatam eficazmente a exploração capitalista, e que são:

1. Proibir os despedimentos sem justa causa e os despedimentos colectivos.
2. Conceder subsídios às empresas quando esta for a única solução para não se verificarem despedimentos, quando a produção for de interesse para o País e for possível mantê-la em boa funcionamento e com regresso imediato dos trabalhadores despedidos, utilizando os fundos de que dispõe através da banca e seguros.
3. Não conceder subsídios, sem uma eficaz verificação da sua justificação, para não acontecer que esteja pura e simplesmente a auxiliar os capitalistas a aumentarem os seus lucros.
4. No caso das empresas de capital estrangeiro, geralmente rentáveis, se for possível assegurar o seu funcionamento e a comercialização da sua produção, o Estado deve tomar conta delas e pô-las a funcionar.
5. No caso doutras empresas que produzem produtos com uma comercialização muito difícil o Estado deve tomar conta delas e transformá-las adaptando a sua produção visando a satisfação de necessidades internas.
6. Por outro lado o Estado tem que garantir o salário aos trabalhadores que, apesar das medidas apontadas, sejam despedidos, através dos fundos que resultam das actuais contribuições e descontos dos trabalhadores. Se tais fundos forem insuficientes têm de ser aumentados através de contribuições pagas pelo patronato.
7. O Estado deve impôr pesadas indmizações às empresas estrangeiras, que só vieram para cá para pilharem o povo português e que agora querem ir embora, a fim de cobrir os custos sociais com a criação de novos empregos .
8. O Estado deve nacionalizar, expropriando, todos as empresas que lançam mão da arma dos despedimentos com vista à criação do caos económico, ou que assumem atitudes violentas e reaccionárias como é o caso do patrão francês da Sogantal.
9. Saída imediata de uma lei que proteja efectivamente os trabalhadores face aos despedimentos.
10. Nas empresas em que o Estado ficou com a maioria do capital após a nacionalização da Banca e dos seguros, o controlo dos trabalhadores a concretizar pelos próprios em cada caso, por intermédio dos seus órgãos de massa (comissões de trabalhadores) deve ser assegurado por legislação apropriada.
11. O mesmo deve ser exigido em todas as empresas que venham a ser nacionalizadas, assim como naquelas a quem tenham sido concedidos subsídios.
12. Na reestruturação de empresas de um determinado sector nacionalizado deve ser assegurada a participação dos trabalhadores através dos órgãos que os próprios venham a criar para o efeito.

— CONTRA OS DESPEDIMENTOS E ENCERRAMENTOS

— PELA GARANTIA DO SALÁRIO E EMPREGO!

— CONTRA PODER OPERÁRIO E POPULAR

ENCONTRO DE TRABALHADORES DA REGIÃO DE LISBOA

2

Comissões de Trabalhadores e Poder Operário

Propriedade do
Movimento de Esquerda Socialista
Composto e impresso em
Renascença Gráfica, SARL
Rua Luz Soriano 44, Lisboa
Jornal semanal / todas as 4.ª- . - feiras

1. COMO NASCERAM AS COMISSÕES DE TRABALHADORES

As **comissões de trabalhadores** apareceram logo a seguir ao 25 de Abril em muitas fábricas e representam um esforço de organização, para evitar a divisão dos trabalhadores em numerosos sindicatos.

As **comissões de trabalhadores**, são, pois, um tipo de organização que nasce no local fundamental da luta de classs (o local de produção) e que representa os interesses de todos os trabalhadores de uma mesma unidade de produção, face ao inimigo comum: O explorador capitalista.

2. A NECESSIDA DAS COMISSÕES DE TRABALHADORES

As **comissões de trabalhadores** assentam na unidade dos trabalhadores, construída a partir dos seus interesses comuns, que são inconciliáveis com os interesses dos capitalistas. As **comissões de trababalhadores** representam, por isso, em termos organizativos, uma garantia de independência dos trabalhadores em relação do poder capitalista.

O aparecimento das **Comissões de Trabalhadores** e a sua necessidade, são a consequência da luta dos trabalhadores num momento em que estes estão na ofensiva e já fizeram conquistas importantes na luta contra o capitalismo. Muitas destas lutas já ultrapassaram o simples carácter de reivindicação ao patrão e tornaram-se verdadeiras afirmações de poder operário, de que são exemplos: algumas lutas pelo saneamento, ocupações de fábricas nos momentos de crise política, ocupações de fábricas com controlo total de producão, etc.

Foi no desenrolar destas lutas que se comprovou a função das **Comissões de Trabalhadores**, como a forma de organização mais apropriada, para se fazer ouvir a voz da classe operária e se fazer sentir o seu poder.

3. AS COMISSÕES DE TRABALHADORES E ORGANIZAÇÃO SINDICAL

As Comissões de Trabalhadores são uma forma de organização mais avançada do que a organização sindical, porque as comissões de trabalhadores podem levar para a frente lutas por objectivos que ultrapassem os limites da luta sindical.

Isto, porque a luta sindical está voltada essencialmente para aspectos reivindicativos, está condicionada aos acordos-contratuais

com o patronato e ainda assenta em bases profissionais e não em bases de classe.

Vemos, pois, que sendo a organização sindical, fundamental, não se pode contudo, tornar na única forma de organização de massas dos trabalhadores, se isso acontecesse ficaria reduzida a capacidade de luta e de organização dos trabalhadores.

Neste sentido, as Comissões Sindicais de empresa devem integrar-se dentro da própria Comissão de Trabalhadores porque a luta sindical deve integrar-se na luta mais geral contra o poder capitalista, luta esta, que as comissões de trabalhadores podem levar para a frente de uma maneira mais consequente.

4. NORMAS DE FUNCIONAMENTO PARA AS COMISSÕES DE TRABALHADORES

Existem normas importantes para que as CT não se transformem em órgãos de colaboração com o patronato e onde abundem os chefes, os lacaios dos patrões e aqueles que fazendo bons discursos não demonstrem a mínima firmeza na defesa dos interesses dos trabalhadores. Dentro desse conjunto de normas, parece-nos importante destacar as seguintes:

a) As CT devem ser escolhidas em bases verdadeiramente democrácias e representativas. Neste sentido, devem ser eleitas depois de amplas discussões e votações por parte de todos os trabalhadores.

b) As CT devem poder ser revogáveis a todo o momento, quando se prove que não defendem firmemente os interesses dos trabalhadores.

c) As CT devem assentar todas as suas posições, em decições tomadas depois de amplos debates e assembelias. Não devem, em caso algum, ter poder de decisão e de negociação com a entidade patronal. As CT devem permanentemente lançar a prática do inquérito, que lhes permita fazer uma avaliação correcta dos desejos mais intensos dos trabalhadores.

d) As CT devem ser constituídas por elementos escolhidos com base na sua firmeza e prática de luta.

e) Uma CT deve ser constituída na sua maioria por operários da produção. Só assim se poderá garantir a presença maioritária daqueles que fectivamente são o motor da produção e que podem de uma maneira mais decisiva afrontar o poder do capital.

f) As CT não devem ter quadros superiores da empresa, porque devem representar exclusivamente o conjunto dos explorados e oprimidos. Só assim as CT poderão fugir às infiltrações do patronato e de todos os elementos, cujas posições de privilégio na empresa, levam frequentemente a hesitações e à pactuação com o patrão.

5. OBJECTIVOS DE LUTA DAS COMISSÕES DE TRABALHADORES

Estamos no nosso país a atravessar um momento em que a desorganização capitalista da produção se faz sentir de uma maneira intensa.

A burguesia encontra-se em dificuldades para responder às justas lutas dos trabalhadores e a medidas como as nacionalizações da banca e seguros que dificultam as suas manobras.

Por sua vez os trabalhadores deparam-se com a difícil situação originada pela carestia de vida e pelo desemprego. Face a esta situação os trabalhadores têm dado altas provas de combatividade e de saber, se bem que ainda não possuam uma forte organização que lhes permita responder a uma situação em que as lutas rapidamente atingem formas avançadas (como ocupações) e impõem exigências aos trabalhadores que muitas vezes são levados inclusive a funções de direcção e gestão de empresas.

Num momento como este as CT, sendo os órgãos fundamentais do poder operário, devem exprimir as dificuldades e os avanços da classe operária em todas as frentes de luta.

A — **Na frente de luta contra os efeitos mais imediatos da crise — despedimentos, carestia de vida —**

As **Comissões de Trabalhadores devem:**

a) Lutar contra a desorganização da produção capitalista e evitar todas as manobras de sabotagem levadas a efeito pelos capitalistas. Para isto, as CT devem exercer um apertado controlo da vida diária da empresa: fiscalizando as contas, os preços de venda, o abastecimento de matérias primas, etc.

Este controlo operário deve ser ainda mais avançado nas empresas ou ramos nacionalizados. De-

vem nestes casos os trabalhadores exigir um controlo total sobre esses ramos ou empresas, de modo a poderem colocá-las ao serviço de todos os trabalhadores e dos seus interesses mais imediatos.

b) Lutar para fazer do saneamento uma afirmação de poder operário contra a disciplina reaccionária do patrão e dos seus polícias. Neste sentido há que fazer da luta pelo saneamento, não uma luta somente contra pessoas, mas sim uma luta pelo avanço da organização operário. Por exemplo, não lutar simplesmente pela substituição de um capataz por outro, mas lutar pela extinção dos capatazes e de todas as formas de policiamento patronal.

c) Lutar por uma apertada vigilância sobre as manobras da reacção, preparando-se para as denunciar e fazer-lhes frente. Neste sentido as C de T devem lutar para que os trabalhadores possuam a informação e a organização capazes de responder nos momentos decisivos, como aconteceu no 28 de Setembro e no 11 de Março.

C — **Na frente de luta pela organização da unidade dos trabalhadores** torna-se objectivo imediato das CT lutar contra todas as desigualdades — quer dentro de uma mesma empresa: lutando pela redução dos leques salariais — quer dentro de uma mesma empresa: lutando pela redução dos leques salariais. — quer entre as várias empresas e ramos de produção: combatendo as diferenças entre aquelas que podem pagar mais e dar melhores condições de trabalho e as que estão em piores condições. As CT devem lutar no sentido de obrigar os capitalistas, como um todo, a pagarem essas diferenças que por eles são criadas para dividir os trabalhadores.

As CT sendo órgãos de poder, que representam um conjunto de trabalhadores de uma empresa, são orgãos fundamentais na contrabuição para:

a) Favorecer a unificação da classe operária que se encontra ainda bastante dividida. Neste sentido torna-se fundamental a coordenação entre Comissões de Trabalhadores do mesmo ramo de indústria ou grupo económico, a coordenação ao nível de uma mesma zona e mesmo coordenação a nível nacional.

Só assim as C de T poderão contribuir para a unificação progressiva entre a fábrica, o ramo e a classe.

b) Favorecer a aliança entre a classe operária e outras camadas oprimidas pelo capitalismo (ex: assalariados dos serviços), de modo a poder forjar uma verdadeira frente unida anticapitalista. Este aspecto torna-se tão importante, quando se verifica que as lutas mais avançadas da classe operária têm sido isoladas pelas forças reaccionárias e reformistas e também pelo facto de num momento de crise geral, a classe operária só por si não consegue responder à desorganização da produção e à repressão política, forjadas pelos capitalistas.

c) Favorecer a coordenação entre os vários orgãos de poder operário e popular: nas empresas, locais de habitação e quartéis. Contribuindo assim para articular a luta nos locais de trabalho e a luta mais geral contra a exploração e a opressão capitalista.

D — Na frente da luta cultural devem as CT promover a divulgação dos grandes ideais proletários do Socialismo e do Comunismo, que são os objectivos últimos da luta operária. E dever das C. de T e de todos os operários mais conscientes ganhar os restantes camaradas para a luta revolucionária por esses ideais. Para isso devem mostrar que enquanto houver capitalismo haverá exploração, seja ela maior ou menor, e que a classe operária só poderá resolver os seus problemas e os de todo o povo trabalhador, se tomar o poder e o utilizar para esmagar a minoria capitalista exploradora e opressora.

Neste sentido as C de T devem tomar iniciativas que favoreçam a discussão política, como: sessão de esclarecimento, jornais murais, jornais de empresa, etc. Para levar esta linha de acção à prática, devem as C de T ter a preocupação de ligar as questões fundamentais da luta política, às questões particulares e concretas da luta de fábrica. Só assim, se poderá evitar o debate estéril e a disputa partidária em termos sectários e abstractos.

MES

ENCONTRO DE TRABALHADORES DA REGIÃO DE LISBOA

3

Luta Sindical limites e importância

O QUE SÃO OS SINDICATOS

Os sindicatos são o resultado de um esforço de unificação e organização das classes trabalhadoras com o objectivo de no interior da sociedade capitalista defender e promover os seus interesses.

Nascidos da necessidade de organização dos trabalhadores — que apenas possuem a sua força de trabalho que são obrigados a vender aos capitalistas — para conseguir elevar os seus salários, os sindicatos foram-se desenvolvendo até abrangerem na sua acção muitos outros aspectos da luta trabalho assalariado/capital.

Mas um sindicato não representa trabalhadores apenas porque diz representá-los. **Um sindicato, para ser efectivamente representativo dos trabalhadores, tem de ter como objectivos de acção os que dizem respeito aos problemas concretos desses trabalhadores e tem de ser por eles controlado, não sendo os dirigentes sindicais mais do que os executantes da vontade daqueles que os elegeram.**

AS LIMITAÇÕES DA LUTA SINDICAL

A luta sindical é, em qualquer lado, uma luta limitada. Combatendo a exploração capitalista tendo de aceitar à partida o sistema capitalista e as suas leis, **a luta sindical, por si, só pode pôr em causa a intensidade da exploração, mas nunca a própria exploração.**

A esta limitação geral juntam-se em Portugal as limitações da estrutura sindical fascista-corporativista que ainda não foram destruídas:

. a) A esmagadora maioria dos sindicatos estão organizados por profissões daí resultando como principal inconveniente a divisão e a concorrência entre os próprios trabalhadores.

b) Proliferam minisindicatos que só contribuem para o enfraquecimento da luta sindical, sobretudo nos locais de trabalho onde os trabalhadores se vêem muitas vezes representados por dezenas de sindicatos.

c) A regionalização dos sindicatos é uma realidade que facilita as pressões exercidas pelo patronato sobre os dirigentes sindicais. Sobretudo nas pequenas localidades.

A luta sindical tem assim de ser integrada na luta política mais geral dos trabalhadores e, no actual momento no nosso país, de orientar-se para a destruição da estrutura sindical fascista-corporativista e sua substituição por sindicatos verticais de actividades, mantendo e fortalecendo apenas os sindicatos de profissão verdadeiramente significativos.

A LUTA SINDICAL

A luta sindical tem de se integrar na luta política global dos trabalhadores contra a exploração e a opressão.

A luta sindical tem de ter uma perspectiva revolucionária e por isso tem de ter como objectivos contribuir para:

. Aumentar a unidade de todos os trabalhadores;

. Elevar o nível de consciência de classe, que leve à compreensão que a luta não é de uma fábrica ou sector mas sim de toda a classe operária contra a classe capitalista exploradora; Elevar o nível de organização de todos os trabalhadores;

. A compreensão da necessidade de lutar por uma sociedade sem classes como único meio de resolver efectivamente todos os problemas dos trabalhdores e acabar com a exploração e a opressão.

Um sindicato tem de ser um instrumento de luta, mas também uma escola de organização e consciência política dos trabalhadores.

Na luta sindical há que conjugar os objectivos reivindicativos com a solidariedade efectiva, e a autodefesa das lutas. Assim se enfrentará a exploração e a repressão capitalistas e se fortalecerá a unidade e organização dos trabalhadores.

A luta sindical tem de se orientar para a conquista de reivindicações que não só impeçam o agravamento das condições de trabalho e de vida, como imponham a sua melhoria efectiva e ponham em causa o grau de exploração. Neste sentido os objectivos reivindicativos fundamentais da luta sindical devem ser, entre outros:

. a) Defesa do salário real;

. b) Salário mínimo que permita começar a viver e não apenas continuar a sobreviver;

c) Redução do horário de trabalho;

. d) Luta contra a desqualificação profissional e o aumento dos ritmos e cargas de trabalho;

. e) Luta contra os despedimentos e o desemprego;

. f) Luta por aumentos de salários que não só cubram a subida do custo de vida mas também os aumentos de produtividade e ponham em causa os lucros do patronato;

g) Conquista de um

periodo de férias que permita efectivamente ao trabalhador recompor-se e que tem de ser igual para todos os trabalhadores;

h) Conquista de salários que respeitem a regra de que a trabalho igual — salário igual e diminuam as diferenças salariais existentes;

i) Proibição dos despedimentos sem juta causa;

j) Redução significativa das horas extraordinárias;

l) Proibição do aumento de cargas de trabalho;

m) Estabelecimento de categorias profissionais que assentem em cada processo de trabalho concreto e não nos interesses do patronato;

n) Luta contra a disciplina patronal e a hierarquia capitalista no interior da empresa.

Contra a divisão dos trabalhdores, contra a exploração, contra a repressão eis os pilares em que deve assentar luta sindical.

Os sindicatos só servirão os interesses dos trabalhadores se deles for banida toda e qualquer perspectiva de conciliação de classes. Tentar conciliar classes com interesses antagónicos (burguesesa/trabalhadores) é trair a luta dos trabalhadores.

Daqui resulta que se deve lutar por um sindicalismo que seja um instrumento da luta dos trabalhadores pela sua emancipação económica e política.

SINDICATOS APARTIDÁRIOS MAS POLÍTICOS

Para nós, os sindicatos têm de ser políticos porque devem ser um instrumento da classe trabalhadora na luta contra o capitalismo tendo em vista a conquista do poder político pelos trabalhadores.

Todavia, não podemos confundir sindicatos políticos com sindicatos partidários. O partidarismo sindical (sindicatos correias de transmissão dos partidos políticos) na actual fase da luta de classes em Portugal, só vai provocar a divisão dos trabalhadores, pois não há neste momento nenhum partido que seja reconhecido pelos trabalhadores com o **seu** partido.

Com isto não queremos dizer que os militantes dos partidos políticos não devem ter responsabilidades sindicais. O que se lhes proíbe é que ponham os sindicatos ao serviço dos interesses partidários.

UNICIDADE OU PLURALISMO

— A opção entre **unicidade ou pluralismo** sindical é uma opção de classe.

Com efeito a **UNICIDADE** deriva da **unicidade de interesses** da classe operária e do conjunto dos assalariados e surge como essencial para garantir que a organização sindical seja um instrumento eficaz na defesa dos seus interesses de classe.

— Defender o Pluralismo é defender a introdução de um princípio ideológico da democracia formal burguesa no seio do movimento operário que só à burguesia exploradora pode interessar.

— defender o pluralismo é abrir a porta à burguesia nacional e internacional na sua acção permanente de tentativa de divisão do movimento sindical dos trabalhadores. Defender o pluralismo é defender, por inevitável em tal sistema, o controlo partidário dos sindicatos.

— defender a **UNICIDADE é, pois defender os interesses dos trabalhadores, enquanto defender o pluralismo é defender os interesses do patronato explorador.**

ORGANIZAÇÃO SINDICAL

A luta contra o partidarismo sindical só é possível através de uma organização interna dos sindicatos verdadeiramente democrática, isto é, controlada pelos trabalhadores. Para tal pensamos que as direcções sindicais, sempre que estejam em jogo os interesses dos trabalhadores que representam, devem ser meros executores das decisões dos mesmos. Para atingir este objectivo os estatutos das organizações sindicais devem conter regras que permitam o controle e a intervenção constantes por parte dos trabalhadores representados.

Pela democraticidade das organizações sindicais e seu total controlo pelos trabalhadores

— Para construir um sindicalismo que sirva efectivamente os trabalhadores é **indispensável impor, na prática** e desde já, uma democraticidade total no interior da organização sindical, da fábricca à cúpula intersindical.

Daqui resulta que é es-

sencial que o Sindicato seja organizado de forma a que **todos** os trabalhadores possam fazer ouvir em cada momento a sua voz, dizendo o que querem e discutindo e decidindo o modo de o alcançar.

Isto porque só os próprios trabalhadores, que vivem os **problemas** em cada dia que passa sabem os problemas que mais os afectam e podem manifestar a sua própria vontade.

É ainda necessário garantir que a sua voz (dos trabalhadores) seja decisiva, isto é, que os trabalhadores tenham nas suas mãos o controlo efectivo de todos os níveis de decisão da sua organização sindical.

O primeiro passo para construir a sua organização em bases democráticas que garantam o seu total controlo por parte dos trabalhadores.

— Sem democraticidade, à **unicidade** não corresponderá a indispensável **unidade** de todos os trabalhadores.

— Sem democraticidade continuarão a existir cúpulas dirigistas separadas das bases, que imporão as suas opiniões mesmo contra os interesses dos trabalhadores.

— Sem democraticidade as diversas opções não poderão exprimir-se e os Sindicatos tornar-se-ão exclusivo de determinados grupos partidários, que os controlarão e imporão na prática, não a vontade dos trabalhadores, mas as ordens das cúpulas partidárias.

— Sem democraticidade o Sindicato deixará de ser uma organização constituída por todos os trabalhadores e por eles controlada segundo a sua vontade e os seus interesses de classe, para se transformar numa organização burocrática apenas preocupada em manobrar acordos com os interesses partidários.

— Sem democraticidade não há defesa eficaz dos interesses dos trabalhadores e o Sindicato em vez de ser um meio que contribua para a sua libertação tornar-se-á num instrumento para a sua opressão.

— Impõe-se, portanto, que os trabalhadores lutem, pela consagração do princípio da democraticidade interna das organizações sindicais, quer através do remeter todo o poder para as Assembleias de empresa e para Assembleias-Gerais; quer impondo a eleição e revogabilidade dos delegados sindicais e sua independência face às direcções; quer impondo a eleição directa das direcções e a sua responsabilidade perante as Assembleias-Gerais que as poderão depor em qualquer momento; quer mesmo impondo a constituição de um órgão fiscalizador da democraticidade do funcionamento interno do Sindicato, onde estejam representadas todas as tendências, proporcionalmente ao número de votos que as respectivas listas recolham e que tenha poder de convocação da Assembleia-Geral.

— **Só assim haverá democraticidade, só assim haverá unidade.**

OS DELEGADOS SINDICAIS

Para que a acção sindical se desenvolva de forma correcta, isto é, para que sejam efectivamente os trabalhadores a deter a iniciativa e a controlar a vida sindical, para que o sindicato não se reduz a um conjunto de serviços burocráticos, de secretaria, a uma direcção e a uma assembleia geral onde a direcção presta algumas informações, são necessárias duas condições: **elevar a consciência de classe dos trabalhadores e encontrar formas de participação dos mesmos na discussão e decisão dos problemas que afectam a vida sindical. Os elementos principais neste trabalho de importância vital para os sindicatos são os delegados sindicais. Da acção dos delegados sindicais, mais do que da direcção, dependem a força ou a fraqueza dos sindicatos.**

Critérios a que deve obedecer a escolha dos delegados.

1 — **Trabalhadores verdadeiramente representativos dos seus camaradas de trabalho**

São necessárias pessoas que mereçam a confiança dos seus camaradas de trabalho: trabalhadores que tenham os mesmos problemas, as mesmas dificuldades, a mesma situação na empresa ou na fábrica que os seus camaradas de trabalho.

2 — **Trabalhadores conscientes dos seus interesses**

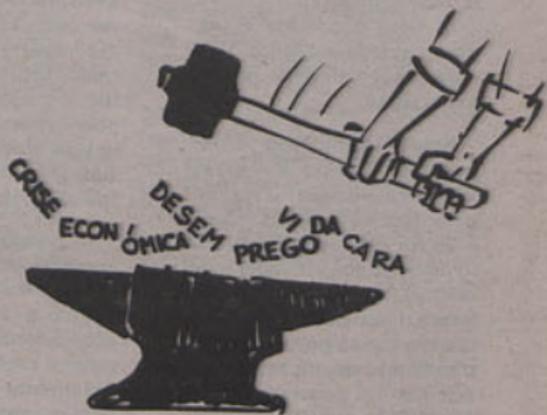
Não chega que os trabalhadores escolhidos sejam «porreiros» ou simpáticos, é também necessário que tenham um mínimo de consciência de qual é a situação dos trabalhadores numa sociedade como a nossa.

3 — **Trabalhadores que não tenham medo de ir contra a vontade dos patrões ou dos seus representantes.**

Não interessam pessoas que só tenham «paleio», mas sim pessoas activas, que não se amedrontem e que sejam capazes de reivindicar.

MES

ENCONTRO DE TRABALHADORES DA REGIÃO DE LISBOA

4

Crise Económica e Respostas Operárias

PORQUÊ A CRISE

Para nos apercebermos da crise existente neste momento na economia capitalista portuguesa, temos que recuar até antes do 25 de Abril e tentar caracterizar essa situação.

Antes do 25 de Abril — A exploração capitalista assentava na conjugação de 3 grandes medidas:

. a) A existência de salários de miséria;

. b) A exploração desenfreada dos povos das colónias portuguesas (Angola, Moçambique).

. c) Uma economia extremamente dependente, voltada essencialmente para a exportação.

Estas medias só eram possíveis devido à repressão desenfreada utilizada pelo regime fascista. Com o 25 de Abril e consequente liberalização e abertura criadas, todas estas traves foram imediatamente postas em causa pelas massas trabalhadoras, de tal forma que não foi possível a «reconstrução pacífica» pretendida pela burguesia capitalista, mas pelo contrário as condições foram-se degradando cada vez mais, e isto através das seguintes vias:

— Luta pelo aumento de salários

Atingiu, por um lado, as empresas de estrutura económica débil (ex: têxteis) que estavam viradas para a exportação (possível pelos baixos custos conseguidos através dos salários de fome); por outro lado as empresas estrangeiras (multinacionais ou não) que se tinham dirigido para Portugal unicamente devido à «paz social» e sobre-exploração possíveis. Tanto umas como outras começaram a avançar despedimentos maciços.

— Fim da Exploração Colonial Portuguesa

Atingiu todas as empresas que viviam à custa do mercado colonial, quer como importador de produtos manufacturados, quer como fornecedor de matérias primas em situação de privilégio total (ex: indústrias básicas, lanifícios, produtos alimentares).

— Lutas de carácter «político com o consequente vazio do poder.

. Veio provocar o boicote económico por parte dos países capitalistas que rapidamente cortaram os investimentos que tinham previsto realizar na «paz social» que oferecia o regime fascista.

Tudo isto, acrescentado aos soldados regressados das guerras coloniais e aos emigrantes «recambiados» pelos países capitalistas

Sabotagem Económica

1. — Por sabotagem económica devem entender-se as «manobras» dos capitalistas para agravar a crise económica que não resultam do desenvolvimento normal desta crise.

Depois de um período em que a burguesia acenava o espantalho do «caos económico» como forma de justificar a repressão e o isolamento das lutas dos trabalhadores passou-se a um periodo em que, face ao avanço da luta das massas trabalhadoras, é essa mesma burguesia que sabota deliberadamente a economia, para tentar impor um regime autoritário de direita que seria apresentado perante a «anarquia reinante» como «salvador da Pátria».

2. — A finalidade imediata dos actos de sabotagem económica para os capitalistas pode ser:

a) **Pretender diminuir os efeitos da crise na sua empresa** — transferindo capitais de uma para outra, por ex.

b) **Uma forma de aumentar os seus lucros** — realizando por exemplo contratos desfavoráveis para a empresa mas que são lucrativos a nível de grupo económico; a redistribuição de lucros pelos administradores sob formas camufladas, como forma de fugir aos impostos; utilização de dinheiros das empresas para gastos pessoais; fuga de capitais para outras empresas, para o estrangeiro, etc., empréstimos bancários a taxas de juro ilegais.

c) **Sabotagem de carácter puramente político** — visando directamente (as outras formas têm também este efeito) criar dificuldades económicas que justifiquem uma intervenção autoritária «salvadora».

3. — **Formas de luta dos trabalhadores contra a sabotagem económica.**

Os trabalhadores já têm ensaiado em muitas empresas formas de luta eficazes e que reforçam o poder dos trabalhadores dentro daquelas.

a) **A ocupação das empresas e o impedimento de que os capitalistas ou os seus servidores continuem as suas manobras,** tem sido a forma de luta imediata mais empregada pelos trabalhadores.

b) **Paralelamente os trabalhadores têm exigido a intervenção do Estado.**

Os trabalhadores não devem ver nesta intervenção do Estado a finalidade última da sua luta. Devem sim exigir que o Estado ataque efectivamente o poder económico, ataque que, na

maioria dos casos, deverá ir até à nacionalização.

c) **O controlo dos trabalhadores sobre as informações económicas da empresa**, através do controlo das comissões de trabalhadores e de técnicos da sua confiança sobre estes dados.

d) **A reestruturação democrática da organização do trabalho na empresa** é a única forma de garantir que se exerça permanentemente um controlo efectivo da massa dos trabalhadores sobre a vida das empresas. A abolição dos privilégios de certas camadas, a eleição dos chefes a todos os níveis, a redução do leque salarial, a extensão do princípio a trabalho igual salário igual, são medidas imprescindíveis nesse sentido.

e) **O aproveitamento das manobras do capital para um esclarecimento alargado a todos os trabalhadores dos mecanismos da exploração capitalista;** a conquista de espaços de informação, de debate, culturais dentro da empresa é uma arma importante para a luta dos trabalhadores.

f) A necessidade da luta **ao nível de grupo económico**, como forma de impedir manobras de sabotagem entre empresas do mesmo grupo.

g) **Mas o fundamental, é que através do próprio processo de luta se criem os órgãos de controlo dos trabalhadores sobre as decisões da empresa**, o fundamental é que os trabalhadores não ponham o seu futuro nas mãos da intervenção legalista do Estado, mas se mobilizem autonomamente para forçar medidas avançadas de ataque ao poder económico. Até porque, até ao 11 de Março pelo menos, o Estado e os seus Ministérios têm sido o lugar onde se sentem ou se reflectem interesses que têm entravado o avanço de medidas favoráveis aos trabalhadores.

h) **O saneamento** dos administradores e de outras pessoas implicadas na sabotagem ou que tenham exercício repressão sobre os trabalhadores. Aqui os trabalhadores não devem pensar que o problema se resolve com a substituição de uns administradores por outros mais «idóneos». O que é preciso é que sejam colocados à **frente das empresas nacionalizadas, pessoas que defendam os interesses dos trabalhadores e que sejam por eles eleitos; ou, no caso de empresas que continuem privadas,** que se exerça um controlo efectivo por parte das **comissões de trabalhadores** e da **Assembleia da Empresa** sobre os administradores que para o serem, terão que continuar a ser da confiança dos capitalistas...

As respostas a dar pelos trabalhadores variam conforme a natureza do capital em que assenta a empresa (estrangeira, multinacional, grande empresa nacional, pequena empresa), a dependência em que se encontra a produção dessa empresa face a condicionantes externos (outras fases de fabrico, exportação, importação, etc.) o facto de se tratarem ou não de produtos básicos, etc.

Empresas estrangeiras

Das empresas estrangeiras presentes em Portugal, convém-nos distinguir as que são multinacionais — isto é: as que estão ligadas ao capital financeiro internacional e portanto a centros de decisão multinacionais — das restantes, quer estejam apenas ligadas a capital industrial, quer a capital financeiro com sede numa nação.

Empresas multinacionais

Estas empresas implantaram-se em Portugal sobretudo nos sectores do **material eléctrico, montagem de automóveis...** colocaram em Portugal apenas uma pequena fase do processo de produção, completando-se o mesmo no estrangeiro. Serviam-se dos baixos salários e do clima de «paz social», além de outras condições favoráveis facultadas pelo anterior regime como os baixos impostos e o crédito fácil.

Com os aumentos salariais e o aumento das reivindicações e do poder dos trabalhadores muitas destas empresas deixam de ter as vantagens anteriores, pelo que abandonam o país (Signetics) ou efectuam despedimentos drásticos (I.T.T.-Semicondutores, I.T.T.-Facel) como forma de manter a margem anterior de lucros.

A luta dos trabalhadores depara-se com problemas dificílimos quando estas empresas ameaçam fechar como resposta às suas reivindicações, uma vez que estas empresas estão totalmente dependentes do exterior (na importação, na exportação geralmente) e têm facilidade de mudarem as suas produções de um para outro país, quando se alteram as vantagens oferecidas.

Os sectores das empresas multinacionais são sectores criados pela dependência económica face ao imperialismo que têm de ser reconvertidos. Por isso, **não é correcto pedir a nacionalização destes sectores**. Para os trabalhadores uma alternativa parcial deve ser a **exigência de que o Estado faça pagar altos custos a essas empresas pela sua sobre-exploração.** Se isto poderá levar ao abandono delas, deverá levar também à aquisição de recursos para a criação de novos sectores produtivos básicos onde podem ser empregados os mesmos trabalhadores.

Empresas não multinacionais

Muitas empresas deste tipo se instalaram também em Portugal na base das vantagens oferecidas pelos baixos salários e pala «paz social». Em alternativa ao abandono ou aos despedimentos maciços por parte destas empresas, **a nacionalização ou o agrupamento com outras empresas do sector** pode ser uma via a apontar pelos trabalhadores.

Produção voltada para o mercado esterno, para consumo das classes altas ou para necessidades induzidas pelos capitalistas

— Grande parte do aparelho produtivo português, quer se trate de empresas nacionais ou estrangeiras tem estado voltado para o mercado externo, para consulta aos trabalhadores a resposta a dar face à «crise» dessas empresas, devido à dependência em que se encontram face ao mercado externo. **Daí a necessidade de essas empresas se reconverterem passando a produzir o que corresponda às necessidades básicas do Povo Português.**

Problema idêntico de reconversão se põe quanto às indústrias e serviços orientados para os consumos sumptuários das classes altas (turismo de luxo, bens de consumo individuais de alta qualidade) e também para as produções alicerçadas em necessidades induzidas pelo próprio capitalismo (proliferação do automóvel, da casa secundária ou de férias de propriedade pessoal, etc.).

Empresas nacionais

— A nacionalização das grandes empresas, nomeadamente as das indústrias de base e as dos produtos essenciais para o consumo interno é um passo necessário para atacar decisivamente a base económica do capitalismo. É um passo complementar ao da nacionalização da banca, dos seguros, do comércio externo

e sem o qual se manterá o poder dos grupos capitalistas industriais.

Antimonopolismo e anti-capitalismo

— Face à crise de muitas **médias e pequenas empresas**, resultante do processo normal de concorrência e concentração capitalista, agravado pela recente subida de salários, **a linha reformista, baseada no «antimonopolismo» tem procurado poupar estes sectores refreando a luta operária, justificando que estas empresas não podem acompanhar os aumentos salariais.** Pretendem antes que o Estado apoie estas empresas, quer financiando as falidas, quer, para o caso das pequenas empresas, apoiando sistematicamente a formação de cooperativas.

Este tipo de actuação vem na sequência da política de aliança com a média e pequena burguesia, própria do reformismo e da «política antimonopolista» alicerçada na tese de que os monopólios entravam o crescimento económico (capitalista).

A política de defesa das pequenas e médias empresas esquece que é muitas vezes nestas empresas que a classe operária suporta piores condições de exploração e onde ultimamente se têm feito mais despedimentos. Esta posição pretende fazer esquecer que os sectores monopolistas são os sectores mais dinâmicos do crescimento capitalista e aqueles que melhor se poderiam adaptar às novas condições criadas a partir do 25 de Abril.

Embora o golpe principal a assentar no capitalismo deve ser dado nos seus centros decisivos de poder económico que são os centros de acumulação do capital financeiro e os sectores monopolistas, não há que poupar os interesses das médias empresas, muitas vezes, de resto, directamente dependentes dos mesmos monopólios. **Face à crise nestas empresas, os trabalhadores devem porpôr a nacionalização, caso a empresa tenha viabilidade económica ou em alternativa a aglutinação com outras empresas do mesmo ramo.**

Se os pequenos capitalistas empobrecidos pela concorrência capitalista podem ser chamados para o campo do proletariado, não é mantendo-as na posição de exploradores que essa aliança pode ser feita.

em crise profunda provocou e provoca o desemprero em quantidades assustadoras (250 000).

O terceiro pilar da exploração capitalista em Portugal — **a Economia voltada para a exportação fácil** — é posta inevitavelmente em causa pelo processo inflaccionário galopante (provocado pelos próprios capitalistas em dificuldades de manter e aumentar os seus lucros) que origina uma dificuldade, se não uma grande impossibilidade, de exportar em condições.

Portanto, a burguesia capitalistas, não conseguindo «segurar» por processos «democráticos» a luta dos trabalhadores pela melhoria imediata das suas condições de vida, permitiu o desmoronamento do seu esquema de exploração, sem ter conseguido, entretanto, forjar (impossível num país tão dependente e ainda tão pouco desenvolvido como o nosso) uma solução pacífica, social-democrática, para a manutenção da exploração da classe operária e demais trabalhadores.

Concluindo: **pode-se dizer que é esta situação de crise profunda da dominação da burguesia que vêm pôr na ordem do dia o socialismo e o poder operário e popular em alternativa à manutenção da exploração e opressão capitalistas, em condições no essencial iguais às de antes do 25 de Abril.**

Tentaremos mais adiante analizar as questões mais em particular e dar respostas tanto quanto possível concretas e imediatas a problemas que se põem em cada um desses casos.

Empresas em crise

A crise económica da formação social portuguesa tem-se reflectido na crise (falência, reconversão, sabotagem económica, etc. de vários tipos de empresas que se buscavam em condições de exploração que, como atrás foi visto, se alteraram.

Não devem ser os trabalhadores a pagar, através dos despedimentos ou da intensificação da exploração, a crise inerente ao capitalismo português. Para isso é necessário que os trabalhadores, face às falências, aos vários processos de sabotagem económica com que os capitalistas pretendem preparar a reconversão do seu modo de exploração, apontem alternativas que façam pagar aos capitalistas a sua própria crise e dêem início a uma reestruturação da economia segundo os interesses das massas trabalhadoras.